

Liziane Aline Santiago

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DA PARADIPLOMACIA EM
UMA METRÓPOLE BRASILEIRA**

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais
2020

Liziane Aline Santiago

**INTERNACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DA PARADIPLOMACIA EM
UMA METRÓPOLE BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre em Nutrição e Saúde.

Linha de Pesquisa: Nutrição e Saúde Pública

Orientadora: Profa. Dra. Simone Cardoso Lisboa Pereira

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte - Minas Gerais
2020

Santiago, Liziane Aline.
SA235i Internacionalização da política pública de segurança alimentar no contexto da paradiplomacia em uma metrópole brasileira [manuscrito]. / Liziane Aline Santiago. -- Belo Horizonte: 2020.
101f.: il.
Orientador (a): Simone Cardoso Pereira Lisboa.
Área de concentração: Nutrição e Saúde.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem.

1. Política Pública. 2. Fome. 3. Pobreza. 4. Abastecimento de Alimentos. 5. Internacionalidade. 6. Alimentação Coletiva. 7. Dissertação Acadêmica. I. Lisboa, Simone Cardoso Pereira. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem. III. Título.

NLM: WA 695

Bibliotecário responsável: Fabian Rodrigo dos Santos CRB-6/2697

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora

Sandra Regina Goulart Almeida

Vice-Reitor

Alessandro Fernandes Moreira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Fábio Alves da Silva Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa

Mário Fernando Montenegro Campos

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFMG

Diretora

Sônia Maria Soares

Vice-Diretora

Simone Cardoso Lisboa Pereira

Chefe do Departamento de Nutrição

Profa. Marlene Azevedo Magalhães Monteiro

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

Coordenadora

Profa. Aline Cristine Souza Lopes

Docentes

Adaliene Versiani Matos Ferreira

Adriano Marçal Pimenta

Aline Cristine Souza Lopes

Ana Maria Caetano de Faria

Ann Kristine Jansen

Bruna Vieira de Lima Costa

Gilberto Simeone Henriques

Jacqueline Isaura Alvarez Leite

Larissa Loures Mendes

Luana Caroline dos Santos

Luciana Bastos Rodrigues

Maria Isabel Toulson Davisson Correia

Marina Chaves de Oliveira

Milene Cristine Pessoa

Paula Martins Horta

Simone Cardoso Lisboa Pereira

Simone de Vasconcelos Generoso

Tatiani Uceli Maioli

Rafael Moreira Claro

ATA DE NÚMERO 51 (CINQUENTA E UM) DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DA DISSERTAÇÃO APRESENTADA PELA CANDIDATA LIZIANE ALINE SANTIAGO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM NUTRIÇÃO E SAÚDE.

Aos 02 (dois) dias do mês de abril de dois mil e vinte, às 14:00 horas, realizou-se por meio de videoconferência com o suporte do técnico em audiovisual, a sessão para apresentação e defesa da dissertação **"INTERNACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE"**, da aluna **Liziane Aline Santiago**, candidata ao título de "Mestre em Nutrição e Saúde", linha de pesquisa "Nutrição e Saúde Pública". A Comissão Examinadora foi constituída pelas seguintes professoras doutoras: Simone Cardoso Lisboa Pereira, Rita de Cássia Marques e Vanessa Alves Ferreira, sob a presidência da primeira. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

(X) APROVADO;

() APROVADO COM AS MODIFICAÇÕES CONTIDAS NA FOLHA EM ANEXO;

() REPROVADO.

O resultado final foi comunicado à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, eu, Simone Cardoso Lisboa Pereira, Presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2020.

Prof.ª Dr.ª Simone Cardoso Lisboa Pereira
Presidente (UFMG)



Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia Marques
(UFMG)

Prof.ª Dr.ª Vanessa Alves Ferreira
(UFMG)

ATA DE NÚMERO 51 (CINQUENTA E UM) DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DA DISSERTAÇÃO APRESENTADA PELA CANDIDATA LIZIANE ALINE SANTIAGO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM NUTRIÇÃO E SAÚDE.

Aos 02 (dois) dias do mês de abril de dois mil e vinte, às 14:00 horas, realizou-se por meio de videoconferência com o suporte do técnico em audiovisual, a sessão para apresentação e defesa da dissertação **"INTERNACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE"**, da aluna **Liziane Aline Santiago**, candidata ao título de "Mestre em Nutrição e Saúde", linha de pesquisa "Nutrição e Saúde Pública". A Comissão Examinadora foi constituída pelas seguintes professoras doutoras: Simone Cardoso Lisboa Pereira, Rita de Cássia Marques e Vanessa Alves Ferreira, sob a presidência da primeira. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVADO.

APROVADO COM AS MODIFICAÇÕES CONTIDAS NA FOLHA EM ANEXO.

REPROVADO.

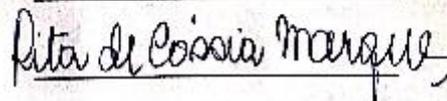
O resultado final foi comunicado à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, eu, Simone Cardoso Lisboa Pereira, Presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2020.

Prof.ª Dr.ª Simone Cardoso Lisboa Pereira
Presidente (UFMG)

Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia Marques
(UFMG)

Prof.ª Dr.ª Vanessa Alves Ferreira
(UFMG)



ATA DE NÚMERO 51 (CINQUENTA E UM) DA SESSÃO DE ARGUIÇÃO E DEFESA DA DISSERTAÇÃO APRESENTADA PELA CANDIDATA LIZIANE ALINE SANTIAGO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM NUTRIÇÃO E SAÚDE.

Aos 02 (dois) dias do mês de abril de dois mil e vinte, às 14:00 horas, realizou-se por meio de videoconferência com o suporte do técnico em audiovisual, a sessão para apresentação e defesa da dissertação *"INTERNACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE"*, da aluna *Liziane Aline Santiago*, candidata ao título de "Mestre em Nutrição e Saúde", linha de pesquisa "Nutrição e Saúde Pública". A Comissão Examinadora foi constituída pelas seguintes professoras doutoras: Simone Cardoso Lisboa Pereira, Rita de Cássia Marques e Vanessa Alves Ferreira, sob a presidência da primeira. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

- APROVADO;
 APROVADO COM AS MODIFICAÇÕES CONTIDAS NA FOLHA EM ANEXO;
 REPROVADO.

O resultado final foi comunicado à candidata pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, eu, Simone Cardoso Lisboa Pereira, Presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2020.

Prof.ª. Dr.ª. Simone Cardoso Lisboa Pereira
Presidente (UFMG)

Prof.ª. Dr.ª. Rita de Cássia Marques
(UFMG)

Prof.ª. Dr.ª. Vanessa Alves Ferreira
(UFMG)



A minha família, por todo amor, carinho e incentivo. Por me proporcionarem toda a condição de ousar.

AGRADECIMENTOS

Essa sessão deveria ser chamada de gratidão, pois é com esse sentimento que finalizo mais esta etapa da minha vida. Com toda a emoção vinda dele que preenche o meu coração expresso os meus agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus, por diariamente, de forma única, ter me capacitado e guiado, e me dado força, sabedoria e saúde para superar as dificuldades e concluir mais esse sonho na minha vida.

Aos meus pais, irmãs e irmão pelo apoio incondicional e por todas as lições de amor. Por sempre me motivarem e entenderem minhas ausências. Obrigada por serem meus companheiros da vida. Sem vocês, eu não chegaria até aqui.

Ao meu príncipe João Miguel por todas as vezes que me arrancou os melhores sorrisos, dando-me leveza para continuar. A sua existência é o reflexo mais perfeito de amor.

Ao Ariel por todo amor, companheirismo, paciência e colaboração. Obrigada por permanecer ao meu lado, mesmo sem a atenção devida. Obrigada pelo seu sorriso e por saber me fazer feliz.

À minha sogra por sempre ter feito da sua casa a minha casa me acolhendo e fazendo as melhores comidas do mundo e ao tio Luiz Cláudio por todas as caronas.

À Professora Doutora Simone Cardoso Lisboa Pereira, minha orientadora. Primeiramente, pela orientação, dedicação e paciência durante toda a condução do trabalho. Em especial pela sua amizade, cumplicidade e afeto, por me acolher e acreditar em mim. Sobretudo pela lição única que levarei por toda a minha vida sobre a sua humanidade, humildade e respeito. De todo o meu coração, foi sensacional, aprendi, cresci e evolui com você, muito mais que uma orientação acadêmica, uma orientação sobre a vida, sobre afetar o outro, sobre o “humano”.

À banca examinadora Profa. Dra. Rita de Cássia Marques e Profa. Dra. Vanessa Alves Ferreira que gentilmente aceitaram o convite para avaliação do trabalho.

As minhas companheiras de mestrado Carol e Ana Cláudia por toda ajuda e companheirismo. Gal por me ensinar e sempre me lembrar “que tudo passa, coisas boas e coisas ruins e isso também vai passar”. Fernanda e Franciele por toda ajuda na coleta de dados.

Ao meu grupo favorito de WhatsApp que mudou de nome a cada fase por que passamos juntas - Aline e Lud, vocês foram a diferença, aquela parte impossível de registrar no lattes, obrigada por todo carinho.

À minha grande motivadora Joyce Andrade, por todo incentivo e por todo amor, por sempre acreditar em mim e me encorajar, por sempre me dar asas para voar e ir além da minha zona de conforto. Márcia Campos por sempre cuidar tão bem de mim como se eu fosse a sua filha e pelos bons diálogos sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

Á equipe da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, em especial ao Bruno Magalhães e ao Wellemmy por todo apoio e auxílio prestado.

Ao Bruno Pimenta da Diretoria de Relações Internacionais por todo auxílio prestado e pela troca de experiência.

Aos meus familiares e amigos pelo apoio e compreensão, principalmente nos momentos de afastamentos e de ausências.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”.

Arthur Schopenhauer

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira de Agrobusiness
AICE	Associação Internacional de Cidades Educadoras
BELOTUR	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CGLU	Cidades e Governos Locais Unidos
CIDEU	Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano
CMSAN	Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional
CNS	Conferência Nacional de Saúde
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COMUSAN	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRSA	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
DASA	Diretoria de Assistência Alimentar
DFAB	Diretoria de Fomento à Agricultura Familiar, Urbana e Abastecimento
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
DIRI	Diretoria de Relações Internacionais
DOM	Diário Oficial do Município
DREP	Diretoria dos Restaurantes e Refeitórios Populares
EAU	Espaço de Agricultura Urbana
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FBSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
FONARI	Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais
ICLEI	Governos Locais pela Sustentabilidade
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MA	Ministério da Agricultura
NDI	Núcleo de Documentação e Informação em Segurança Alimentar e Nutricional

ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PFZ	Programa Fome Zero
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RP	Restaurante Popular
RUAF	<i>Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security</i>
AS	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SMAB	Secretaria Municipal Abastecimento
SUSAN	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
TCUD	Termo de Compromisso de Utilização de Dados
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Ciclo de Políticas Públicas.....	14
FIGURA 2: Mapeamento das ações de internacionalização.....	15
FIGURA 3: Localização das missões internacionais do sistema local para o internacional.....	30
FIGURA 4: Localização e descrição das missões internacionais do sistema internacional para o local.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Histórico de projetos, programas e ações de SAN implementados e executados no período de 1993-2018.....	28
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Volume e especificações do <i>corpus</i> documental segundo período de publicação.....	17
QUADRO 2: Descrição dos espaços de participação social da política de SAN do município de Belo Horizonte, MG, Brasil.....	23
QUADRO 3: Descrição dos eixos de atuação da política de SAN no município de Belo Horizonte, MG, Brasil.....	26
QUADRO 4: Premiações internacionais da política de SAN.....	36

SUMÁRIO

RESUMO	1
ABSTRACT	2
1.INTRODUÇÃO	3
2.OBJETIVOS	9
2.1 Objetivo Geral.....	9
2.2 Objetivos Específicos.....	9
3.MATERIAIS E MÉTODOS	10
3.1 Caracterização do estudo.....	10
3.2 Caracterização do campo.....	10
3.3 Coleta de dados.....	12
3.4 Análise de dados.....	14
3.5 Princípios éticos.....	16
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
4.1 Caracterização dos documentos.....	17
4.2 Análise de conteúdo dos documentos.....	18
4.2.1 Fortaleza da política de SAN: participação coletiva, relação Estado-Sociedade... 18	
4.2.1.1 Um olhar para a história: o preâmbulo da política de SAN.....	18
4.2.1.2 A tríade da relação Estado-Sociedade.....	22
4.3 Movimento disparador da internacionalização: do sistema internacional para o local... 29	
4.4 Restaurante Popular: o <i>locus</i> da arte da política de SAN.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
7. APÊNDICES	54
8. ANEXOS	80

RESUMO

SANTIAGO, L.A. **Internacionalização da Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional no Contexto da Paradiplomacia em uma Metrópole Brasileira.** 2020. 101 p. Dissertação [Mestrado em Nutrição e Saúde] – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

INTRODUÇÃO: Dados recentes de insegurança alimentar revelam que a fome é um problema mundial e se apresenta como um desafio para políticas públicas, principalmente nas áreas urbanas. Assim, a temática de segurança alimentar e nutricional (SAN) ganhou e ganha espaço e centralidade no mundo, possibilitando discussões ampliadas sobre o tema, a partir de estudos da formulação e implantação de políticas de SAN. **OBJETIVO:** Compreender a internacionalização das políticas de SAN, em um município considerado referência na área. **MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa. Para a coleta dos documentos, partiu-se da premissa da criação da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) do município de Belo Horizonte, que se deu no ano de 1993 até o ano de 2019. As buscas foram realizadas em arquivos públicos e registros institucionais da Prefeitura. Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, dentro do modelo analítico do ciclo de políticas públicas (agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação da política) e para o mapeamento das ações de internacionalização, dentro do conceito de paradiplomacia, foram utilizadas as estratégias de cooperação internacional descentralizada e relações políticas e representação institucional. As inferências foram realizadas à luz dos princípios norteadores do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e no arcabouço teórico e histórico da Políticas de SAN e das teorias da administração pública. **RESULTADOS:** Compuseram este estudo 160 documentos elegíveis, segundo os critérios de análise. Após leitura completa e exploração dos documentos emergiram três categorias. A primeira categoria foi denominada (1) “Fortaleza da política de SAN: participação coletiva, relação Estado-Sociedade”, que revela o pioneirismo e os avanços da política de SAN no município, bem como a construção e implementação da política de SAN sob influência da participação social, intersetorialidade e a transversalidade. (2) “Movimento disparador da internacionalização: do sistema internacional para o local” foi a segunda categoria, que sinaliza os espaços de atuação e articulação internacional nos quais a SUSAN está envolvida, revelando como destaque as atividades ocorridas no sistema internacional, como resultados da influência das ações de SAN do contexto local. A terceira categoria (3), “Restaurante Popular: o lócus da arte da política de SAN”, apresenta a política de SAN executada no município que mais afeta as pessoas e se destaca no cenário internacional. **CONCLUSÃO:** Os registros sobre a política de SAN implementadas no município revelam que há um reconhecimento no cenário internacional que ultrapassa o mecanismo de aprendizagem e inspiração, constituindo-se como potencial influenciadora de políticas em outros países, o que sinaliza a sua força internalizada no papel desempenhado pela participação social.

Palavras-chave: Políticas públicas, fome, pobreza, segurança alimentar, paradiplomacia, alimentação coletiva.

ABSTRACT

SANTIAGO, L.A **Internationalization of Public Food and Nutritional Security Policy in the Context of Paradiplomacy in a Brazilian Metropolis**. 2020. 101 p. Dissertação [Mestrado em Nutrição e Saúde] – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

INTRODUCTION: Recent food security data reveals that hunger is a worldwide problem and presents itself as a challenge for public policies, especially in metropolis. Thus, talking about food and nutrition security (SAN) has gained space in the world, enabling expanded discussions on the theme, based on studies on the creation and application of SAN policies. **OBJECTIVE:** To understand the internationalization of SAN policies, in a city hall considered a reference in the area. **METHODS:** This is documentary research with a qualitative approach. For the collection of documents, the premise of the creation of the Sub-Secretaria for Food and Nutritional Security (SUSAN) of the municipality of Belo Horizonte in 1993, was used. Data was collected from this year to 2019. The searches were carried out in public archives and records of the city hall. The content analysis technique was used, within the analytical model of the public policy cycle (agenda, formulation, decision making, implementation and evaluation of the policy) and for the mapping of internationalization actions within the concept of paradiplomacy, were used the strategies of decentralized international cooperation and political relations and institutional representation. The inferences were made according to the principles of the Human Right to Adequate Food (DHAA) and in the theoretical and historical framework of SAN policies and public administration theories. **RESULTS:** This study has comprehended 160 eligible documents, according to the analysis criteria. After a complete reading and exploration of the documents, three categories emerged. The first category was named (1) “Strengthens of SAN policy: collective participation, state-society relationship”, which reveals the pioneering and advances of SAN policy in the municipality, as well as the construction and implementation of the SAN policy under influence social participation, intersectionality and transversality. 2) “Internationalization triggering movement: international to local system” was in the second category, which signals the spaces of action and international articulation in which SUSAN is involved, revealing as a highlight the activities that took place in the international system, as a result of the influence of SAN actions in the local context. The third category (3), “Popular Restaurant: the symbol of the art of SAN policy” presents a SAN policy implemented in the municipality that most affects people and presents itself on the international scenario. **CONCLUSION:** The records of the SAN policy implemented in the city hall reveals that there is a recognition on the international scenario that goes beyond the mechanism of learning and inspiration, constituting itself as a potential policy influencer in other countries, signalling its internalized strength in the role played by social participation.

Keywords: Public policies, hunger, poverty, food security, paradiplomacy, collective food.

1 INTRODUÇÃO

A fome e a pobreza são problemas sociais seculares, complexos e multidimensionais¹⁻³ presentes no desenvolvimento social brasileiro há décadas,¹ que repercutem em carências e privações sociais, econômicas e biológicas⁴. Ademais, a desigualdade social encontra origem na pobreza, que fere e exclui parte da população de condições de dignidade humana e cidadania¹.

Embora a pobreza possa levar a condições de vulnerabilidade social, sua manifestação mais imediata é a fome². A *Food and Agriculture Organization* (FAO) utiliza o parâmetro de prevalência de subnutrição a fim de definir o número de pessoas que vivenciam a realidade da fome em cada país, caracterizando-a pela ingestão alimentar insuficiente para atender às necessidades calóricas da população (1.800 Kcal/dia) por mais de um ano⁵. Essa definição se aproxima do que se denomina de fome total, uma verdadeira inanição limitada a áreas de extrema miséria⁵. Há de se pensar, também, na fome oculta, que incorpora a privação de determinantes de qualidade do alimento consumido⁶. Assim, surge a proposta de um indicador de insegurança alimentar por domicílio, visando uma maior aproximação da realidade vivida pelas pessoas que sofrem com impasses para se alimentarem de forma adequada. Esse indicador retrata o entendimento de que a insegurança alimentar domiciliar é uma manifestação de intensidade variável (leve, moderado e grave), em que os estágios mais críticos estão relacionados à fome⁷.

Nesse sentido, considerando que a desigualdade social e a pobreza, mesmo não sendo sinônimos, são os principais fatores determinantes da insegurança alimentar⁸, que por sua vez ocorre quando há o comprometimento no domicílio do acesso a alimentos de qualidade e em quantidade adequada, de forma regular e segura^{9,10}. Isso retrata uma transgressão do direito humano à alimentação adequada (DHAA)¹¹, o que reflete negativamente no bem-estar e na qualidade de vida do indivíduo¹².

Nos últimos anos, evidências apontam que houve um considerável declínio na prevalência de desnutrição no mundo, passando de 14,5% em 2005 para 10,6% em 2015¹⁰, entretanto, dados recentes chamam a atenção para a reversão desse quadro, demonstrando nos últimos anos tendência de crescimento a partir de 2016, atingindo em 2018 uma prevalência de 10,8% de pessoas em situação de desnutrição, ou seja, corresponde em números absolutos a mais de 820 milhões de pessoas no mundo em situação de fome, e outro fato alarmante recai

sobre dois bilhões de pessoas no mundo em estado de insegurança alimentar moderada ou grave¹⁰.

Dados publicados por um grupo de técnicos especialistas de cinco agências internacionais, reforçam que a fome ainda sim é um problema contemporâneo mundial¹⁰ e se apresenta como um grande desafio, principalmente para as áreas urbanas¹³, visto que projeções atuais indicam que até 2050, 68% da população mundial habitará espaços urbanos, e que esse maior crescimento ocorrerá em cidades da Ásia e da África¹⁴.

Os esforços para superar a fome e a construção do conceito de segurança alimentar (SA) aparecem após a II Guerra Mundial¹⁵. Inicialmente, a SA era problematizada na lógica do abastecimento e da produção de alimentos¹⁶. Após uma longa trajetória histórica, marcada por mobilizações sociais e discussões no cenário nacional e internacional em torno do tema, a definição de segurança alimentar e nutricional foi ampliada e passou a incorporar outras dimensões, além da dimensão alimentar relacionada à produção e a disponibilidade trouxe à luz a importância do aspecto nutricional que envolve as relações entre o homem e o alimento, aproximando-se, assim, da abordagem de DHAA¹⁷.

Levando em conta essas definições, a SAN no Brasil fundamenta-se no conceito estabelecido pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)¹⁸, que se consagra como um importante marco legal que a define como:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis¹⁸.

No Brasil, os problemas relacionados com a segurança alimentar vêm sendo discutidos desde os anos de 1930, sofrendo grande influência dos estudos pioneiros sobre fome conduzidos por Josué de Castro, bem como pela intensa participação de movimentos sociais e políticos^{19,20}. No entanto, foi um momento marcado por avanços, descontinuidades, baixo grau de centralidade na política geral e poucos resultados sociais concretos até a sua reelaboração nos anos 2000²¹, com maior destaque no ambiente político-institucional, com forte articulação e expressão no âmbito federal, estadual e municipal, mas que, também, contou com fragilidades políticas, o que ocasionou retrocesso e rupturas²².

Nos últimos anos, a temática de SAN ganhou e ganha espaço na agenda internacional²² possibilitando a ampliação e discussões sobre o tema e o protagonismo das cidades no rol de iniciativas internacionais no âmbito da segurança alimentar e nutricional²³⁻²⁵.

Evidência desse reconhecimento são vistos pelas diversas ações praticadas ao redor do mundo que são reconhecidas internacionalmente por contribuírem para a criação de sistemas alimentares urbanos sustentáveis, como: *Vancouver Food Strategy* - Vancouver/ Canadá, *Baltimore Food Policy Initiative* - Baltimore/ Estados Unidos, *Community Dining Rooms Program (CDRP)*, Cidade do México/ México, *Participatory Urban Agriculture Program (AGRUPAR)* – Quito/Equador, *Organic Conversion Policy* – Copenhage/ Dinamarca, *Cuidemos Los Alimentos* -Buenos Aires/Argentina, *Local Food Project No. 1- Wanju* / República da Coréia do Sul, *Urban Agriculture Programme* – Antananarivo/ Madagascar e *Micro-gardening*- Dacar/Senegal, Banco de Alimentos- Belo Horizonte/ Brasil²⁵.

No Brasil, Belo Horizonte apresenta uma estrutura política de segurança alimentar e nutricional institucionalizada, premiada nacionalmente e reconhecida pelo Governo Federal como referência na área²⁶⁻²⁸. Esse reconhecimento nacional deu-se a partir do recebimento de técnicos, autoridades e representantes de governos de outros estados e municípios do país, bem como de representantes de universidades que vieram à cidade conhecer as políticas de SAN desenvolvidas no município. Corroborando o exposto, a política de SAN do município foi reconhecida e homenageada nacionalmente: Programa de Gestão Pública e Cidadania – Fundação Getúlio Vargas (1997 – Programa Comboio do Trabalhador e Programa Abastecer), Prêmio de Melhores Práticas (2006 – Cidade Oportunidade Projeto Pão Escola), Primeiro Ciclo de Prêmio Maria Regina Nabuco em Segurança Alimentar e Nutricional (2007 – Programa Abastecer, Restaurante Popular, Horta Comunitária do Barreiro, Feira Orgânica e Banco de Alimentos), Gestor Eficiente da Merenda Escolar – Desempenho Administrativo-financeiro Região Sudeste (2009 e 2010: Destaque para o município que realiza ações criativas e gestão responsável do Programa Nacional de Alimentação Escolar), Programa Objetivo de Desenvolvimento do Milênio Brasil – 3ª Edição (2009: Programa Abastecer), Prêmio Nestlé Nutrir das Escolas (2014: Guia do Educador de Belo Horizonte), Prêmio Objetivo de Desenvolvimento do Milênio Minas (2014: Programa Educação Alimentar e Nutricional em Unidades Educacionais Municipais: Estratégias de Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional).

A atuação dos governos subnacionais no cenário internacional não é um processo recente, apesar de emergir como um campo de estudo contemporâneo²⁹. O termo unidades subnacional refere-se de acordo com cada país a sua forma de organização estatal, que assim pode receber diversas nomenclaturas, tais como: Cidades, Províncias, Municípios, Estados Federados, Estados não-centrais, Regiões Autônomas, *Länder*, Cantões, Departamentos e

Comunas. No Brasil, esse termo diz respeito aos estados federativos e aos municípios, sendo também a expressão mais usual em estudos de relações internacionais conduzidos por governos não centrais no país³⁰.

A inserção de unidades subnacionais no cenário internacional é conhecida como paradiplomacia, definida como:

O envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios, com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional³¹.

A paradiplomacia é um fenômeno que sofreu influência das mudanças ocorridas pós-Guerra Fria, advindas do processo de globalização que diminuiu as distâncias, da integração regional¹ primária (nas fronteiras), bem como pela integração regional em dimensão temática, urbanização, democratização da política externa brasileira, descentralização do poder público e pela inserção de novos temas na agenda internacional^{32,33}.

No Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988^{34,35}, a formulação e a execução da política externa é atribuição exclusiva do governo federal, o que ocorre por meio do Itamaraty, pois não há marco constitucional que ampare e preveja para os Estados Federados, Distrito Federal e municípios o desenvolvimento de relações internacionais, o que mantém a centralidade da atuação do Estado Federal no cenário internacional para a promoção e a articulação de ações diplomáticas³⁶.

Embora no Brasil as cidades não sejam reconhecidas como atores de direito internacional, a ausência do amparo institucional não impede que a paradiplomacia aconteça sem gerar conflitos entre o Estado Federal e as unidades subnacionais, pois os municípios possuem ampla competência em agenda política^{37,38}. Assim, municípios como: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, São Paulo, Campinas, Osasco, Guarulhos, Santo André e Belo Horizonte, destacam-se por possuírem estruturas institucionais de relações internacionais, que fomentam atividades paradiplomáticas em diversos setores das agendas políticas municipais e estaduais³³.

Nesse sentido, Belo Horizonte vem construindo sua agenda de relações internacionais desde os anos de 1990, inicialmente com a criação da Secretaria Municipal de

¹ Processo de partilha voluntária de soberania no âmbito regional entre estados vizinhos, o pressuposto é que a ação coletiva é mais eficiente que a individual para a resolução de certos problemas. Malamud, A. Prefácio. In: Neto, A.D. O Brasil e novas dimensões da integração regional. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 508 p.

Assuntos Extraordinários, responsável pelo acompanhamento dos programas de intercâmbio e cooperação desenvolvidos ou relacionados ao município³². Ao longo dos anos, houve remodelamentos em sua estrutura orgânica e hodiernamente a agenda de relações internacionais é coordenada pela Diretoria de Relações Internacionais (DIRI), subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico^{32,39}.

Cabe a DIRI promover parcerias com organismos internacionais e fornecer suporte técnico ao município em contatos e em agendas internacionais, empenhando ações que possam contribuir para o desenvolvimento social, econômico, bem como atrair investimentos internacionais, divulgação, visibilidade do município em nível internacional e qualificar agentes do setor público para atuar em ações internacionais na cidade³⁹.

A sistematização das ações de internacionalização é transversal, com o envolvimento de diversos órgãos e secretarias do município, proporcionando a projeção no cenário internacional das práticas desenvolvidas na cidade, por meio de uma agenda que inclui programas como: voluntariado internacional, BH Bilíngue, Gestão da Participação em Redes e Associações Internacionais, Parcerias Estratégicas Internacionais, Promoção Internacional Turística Cruzada. Em virtude disso, popiciou-se a participação em redes, tais como: Mercocidades, Metropolis, Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU), Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI) e WRI Cidades Sustentáveis³².

É diante desse contexto que se destaca a importância de compreender esse movimento de inserção de novos atores no cenário internacional, posto que as cidades vêm crescendo, tornando-se mais conscientes dessas questões e de oportunidades, traduzindo esses propósitos em ações¹³. Assim, o estudo da internacionalização de políticas públicas de SAN no contexto da paradiplomacia, torna-se relevante, visto que na literatura especializada há uma escassez de estudos sobre o tema. Os estudos encontrados abordam o tema no contexto nacional, por meio de uma atuação diplomática brasileira^{17,40-42}. No caso de Belo Horizonte, os estudos identificados referem-se a programas específicos desenvolvidos no contexto da política de SAN^{28,43-46} e não no sentido de internacionalização.

Portanto, não foram encontrados registros de estudos que contemplem o tema proposto à luz da paradiplomacia e, com isso, vislumbra-se contribuir para o suprimento dessa lacuna nos estudos atuais sobre políticas públicas de SAN, principalmente no cenário local,

adotando a perspectiva de internacionalização no contexto da paradiplomacia como um processo contemporâneo que permite a compreensão dos eventos estudados de forma ampla e aprofundada, pois são *locus* de execução das políticas de SAN.

A escolha e concentração do tema foram pautadas pela atuação da pesquisadora principal como servidora da equipe técnica de nutrição do Restaurante Popular, cujas motivações surgiram de um levantamento de dados realizado no Diário Oficial do Município (DOM), para o refinamento de uma proposta de projeto a ser executado no mestrado. Nesse levantamento, chamou a atenção a publicação de visitas recebidas na cidade, envolvendo pessoas diversas de diferentes países, com interesse nas ações executadas pela Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN). Houve, então, o despertar de uma inquietação, para buscar respostas para a pergunta: o que há na política pública de SAN do município que atrai o “olhar do mundo” para ela?

Assim, a escolha pelo tema estudado parece ser natural, mas traz um desafio de suspensão para a realização das análises, uma vez que o local de atuação da pesquisadora faz parte da política de SAN do cenário deste estudo. Por outro lado, a prática profissional possibilitou questionar a complexidade da interação entre o sistema local e o sistema internacional, fornecendo pistas para elaboração do percurso metodológico, que foi sendo construído de maneira multidisciplinar, conforme apresentado nos tópicos a seguir.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Compreender a internacionalização da política de SAN em uma unidade subnacional referência.

2.2 Objetivos específicos

- Analisar o comportamento da política de SAN desde a sua institucionalização nessa unidade até os dias atuais.
- Identificar aspectos influenciadores da internacionalização das políticas de SAN, nesse contexto de paradiplomacia.

3 MATERIAS E MÉTODOS

3.1 Caracterização do estudo

Trata-se de uma pesquisa documental com abordagem qualitativa. A pesquisa documental tem por objetivo compreender o objeto estudado que necessita de contextualização histórica e sociocultural a partir de informações factuais relevantes^{47,48}, o que permite a produção de novos conhecimentos criando formas de compreender os fenômenos e conhecer a forma como eles têm sido desenvolvidos⁴⁷, como no caso desse estudo que visa compreender a internacionalização de uma política pública de SAN, no âmbito de uma paradiplomacia. Conceitualmente, a pesquisa documental trata-se:

De um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos variados tipos [...] segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores⁴⁷.

Sobre o uso de documentos, justifica-se o seu uso por ser possível obter objetividade, utilizando documentos de diferentes fontes e por possibilitar o conhecimento do passado e o mapeamento dos processos de mudança de comportamento de diferentes objetos⁴⁹, o que propicia maior suspensão pelo pesquisador analisador. Somado a isso, destaca-se a validade das pesquisas documentais por apresentarem condições como fontes ricas e estáveis de informações, possuir baixo custo, otimizar tempo, recursos humanos e financeiros⁴⁹.

Ademais, devido à abrangência, à profundidade e à natureza do objeto de investigação, optou-se pela abordagem qualitativa por esta ser capaz de responder a questões muito particulares que não podem ser quantificadas, o que permite trabalhar com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças e valores⁵⁰ registrados nos documentos.

3.2 Caracterização do campo

O estudo foi desenvolvido na cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, Brasil. O município fica localizado na região sudeste do país, não possui área rural e apresenta uma população urbana estimada de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes⁵¹, dos quais 4,5% encontram-se abaixo da linha da pobreza e projeções apontam um crescimento da população de 0,8% até 2030⁵².

Esse fato incide uma crescente preocupação para as cidades em criar políticas de alimentação que sejam consolidadas e sustentáveis, integrar iniciativas que contemplem desde a produção ao consumo final, fazer conexões com o desenvolvimento econômico, cultural, político, ambiental, bem-estar humano e animal^{13,53,54}.

Nesse contexto, para compreensão do objeto de estudo, buscou-se compreender a partir da extração de elementos informativos de documentos originais, produzidos por atores sociais que construíram e constroem a realidade social estudada, o modo como evoluiu e desenvolveu a solidez da política pública de SAN no município e a sua inserção no cenário internacional. Para isso, apropriou-se da definição do verbo compreender a partir do olhar de Pinel⁵⁵:

Compreender é uma espécie de apreender com. Apreender com o outro. Diz AmatuZZi (1980, p. 83) que compreender é perceber aquilo mesmo que ela [pessoa] tenta expressar como se fosse ela. Do ponto de vista da pessoa. [...] É como se você se colocasse no lugar da pessoa, sem estar de fato, para ajudar a perceber como as coisas se passam com ela, naquele momento⁵⁵.

A escolha pelo estudo da SUSAN levou em consideração a relevância pública dos programas executados, a sua trajetória e sua estrutura política institucionalizada premiada nacionalmente, bem como o seu reconhecimento pelo Governo Federal como referência na área²⁶.

Os estudos aprofundados sobre políticas públicas municipais, tornam-se importantes, por estes constituírem os locais que surgem com mais rapidez a intervenção da ação do Estado e por possuírem maior proximidade com a comunidade permitem que as pressões exercidas por elas sejam mais efetivas em um menor espaço de tempo⁵⁶.

Diante disso, entende-se que para criar é necessário reconhecer o passado, o que se faz em cada momento histórico, adentrar em meados da história que nos leva a descobertas surpreendentes, visando preencher lacunas existentes e produzir novos conhecimentos, com o uso de abordagens metodológicas interdisciplinares, que emergem como um campo fundamental de diálogo que permite a incorporação de “novos olhares” nas investigações de fenômenos sociais contemporâneos⁵⁷.

Sob esse prisma, a interdisciplinaridade pode ser entendida como a busca do estabelecimento de uma intercomunicação efetiva entre duas ou mais disciplinas, por meio do enriquecimento das relações entre elas, almeja-se com isso a integração dos seus conteúdos para aprofundar um determinado assunto^{58,59}, permitindo a construção de novos diálogos, proporcionando uma maior compreensão da realidade e auxiliando na resolução de problemas complexos⁵⁹.

Atualmente, a SUSAN possui quatro diretorias - Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRSA) – Mercado da Lagoinha, Diretoria de Fomento à Agricultura Familiar, Urbana e Abastecimento (DFAB), Diretoria de Assistência Alimentar (DASA); Diretoria dos Restaurantes e Refeitórios Populares (DREP)⁶⁰ que juntas compõem o portfólio de coordenação e execução das políticas de SAN, o que figura em sete eixos de atuação: fomento à agricultura urbana, comercialização subsidiada de alimentos, assistência alimentar e nutricional, abastecimento e regulação do mercado de alimentos, mobilização e educação para o consumo alimentar, geração de emprego e renda – programa Pão Escola e gestão da política de segurança alimentar e nutricional⁶¹.

O estudo abordou o período compreendido entre os anos de 1993 a 2019. Esse recorte temporal foi definido por abranger o período desde a institucionalização da agenda de SAN no município em Belo Horizonte até os dias atuais, o período mais recente de coordenação e execução da política no município que apresenta avanços em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3.3 Coleta de dados

O estudo foi desenvolvido no período de junho de 2018 a outubro de 2019. Os dados foram coletados por meio da pesquisa documental, a qual abrangeu documentos escritos nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram utilizados somente documentos de fontes primárias, sendo, portanto, aqueles documentos que ainda não passaram por nenhum processo analítico, que se encontram na forma como foram produzidos por seus autores⁴⁹. No sentido de delimitação do *corpus* documental, não foram incluídos documentos de fontes secundárias e terciárias⁴⁹.

A palavra documento possui um conceito amplo com diversos significados. Dessa forma, o conceito adotado neste estudo fundamenta-se a partir das concepções trazidas por Gil⁴⁹:

Documento é, pois, um termo que pode ser utilizado para designar qualquer coisa que possibilita conhecer outras coisas. Corresponde, portanto, a qualquer informação registrada em algum suporte. Na pesquisa social, os dados documentais, embora referentes a pessoas, são obtidos de maneira indireta, sob a forma de papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes etc⁴⁹.

Para a coleta dos documentos, partiu-se da premissa da criação da SUSAN no ano de 1993. As buscas foram realizadas em arquivos públicos e em registros institucionais, nos seguintes locais: Núcleo de Documentação e Informação em Segurança Alimentar e Nutricional (NDI), Assessoria de Comunicação da SUSAN, DIRI, DOM, Portal da Transparência e *website* da Prefeitura de Belo Horizonte. As buscas foram realizadas nesses locais por serem fontes inéditas que não passaram por tratamentos analíticos e por possuírem fontes ricas e seguras de informações que possuem profunda relação com o tema e com a metodologia proposta.

Nas buscas realizadas no DOM, empregaram-se as palavras-chaves: abastecimento e segurança alimentar, utilizando os critérios: com todas as palavras, data inicial de 01/01/1993 e data final de 31/10/2019, no órgão publicador capa, foram encontrados 1.163 artigos. Foram incluídos os artigos sobre missões internacionais, internacionalização das políticas de segurança alimentar. Foram excluídos os artigos com informações duplicadas. Dessa forma, 45 documentos apresentaram-se elegíveis para a composição da pesquisa. Foram incluídas, também, as legislações das reformas administrativas do município.

No *website* da Prefeitura de Belo Horizonte, investigaram-se informações na aba notícias na guia de temas sobre alimentação e nutrição, foram encontradas 122 matérias, dos quais 18 estavam relacionadas com o tema proposto.

Já no portal da transparência do município, foram utilizados os relatórios de prefeito do período de 1993 a 2005, os relatórios de execução anual das ações governamentais de 2010 a 2018 e os Planos Plurianuais do período de 2006 a 2021, totalizando 21 documentos, um foi excluído por repetido.

E, por fim, com as buscas realizadas no NDI e na DIRI foram identificados 130 documentos nos idiomas português, inglês e espanhol, que se relacionavam com o objeto de estudo. A seleção dos documentos ocorreu mediante uma leitura flutuante seguida de uma avaliação prévia, de acordo com os critérios: tipos de fontes e as cinco dimensões de avaliação

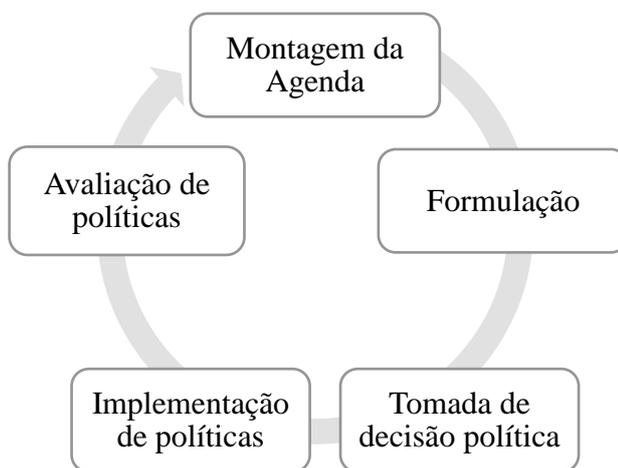
propostas por Cellard⁶²: contexto, autenticidade e confiabilidade, autor e natureza no texto. Assim, tornaram adequados para compor o escopo da pesquisa 76 documentos.

3.4 Análise dos dados

Foi realizada uma leitura exaustiva, repetida, interrogativa e completa dos documentos, buscando identificar os conteúdos mais relevantes relacionados com o objetivo da pesquisa⁴⁹.

Levando-se em consideração a complexidade temporal e do tema de estudo, para a exploração dos documentos foi empregada a abordagem de ciclo de políticas públicas, um esquema analítico facilitador que permite a visualização e o entendimento do processo multidimensional político^{63,64}. Dessa forma, possibilita analisar o papel interligado de todos os atores envolvidos na construção da política⁶³. O modelo utilizado foi proposto por Howlett e Ramesh⁶³, que apresenta cinco estágios de análises (Figura 1).

Figura 1: Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Howlett e Ramesh⁶³. Figura elaborada pela autora.

As etapas do esquema do ciclo político dividem o processo da política, na seguinte estrutura: montagem da agenda se refere à maneira como os problemas surgem ou não como alvo de atenção por parte do governo. Formulação ocorre depois que o governo reconhece a existência de um problema público e este entra para a agenda formal do governo. Desse modo, essa etapa consiste em um processo de que fazer em relação ao problema e qual o curso de ação

dado. O estágio seguinte de tomada de decisão política é aquele em que uma ou mais, ou nenhuma das ações discutidas são aprovadas como curso oficial. A implementação de políticas é a etapa em que se coloca em prática todas as decisões tomadas nos processos anteriores. E, por fim, na etapa de avaliação é que se observa e monitora a política no sentido do que ela vem produzindo, como ela vem funcionando os problemas e as soluções que ela envolve. Dessa forma, permite-se repensar sobre os estágios e, nesse caso, reelaborar, extinguir ou manter o *status quo* da política⁶³.

No mapeamento das ações de internacionalização dentro do conceito de paradiplomacia, foram utilizadas as estratégias propostas por McMillan⁶⁵ e Perpétuo³² (Figura 2). As inferências foram realizadas à luz dos princípios norteadores do Direito Humano a Alimentação Adequada e no arcabouço teórico e histórico das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e das teorias da administração pública.

Figura 2: Mapeamento das ações de internacionalização



Fonte: McMillan⁶⁵ e Perpétuo³². Figura elaborada pela autora.

Os procedimentos adotados seguiram os critérios da análise de conteúdo, de acordo com a seguinte ordenação: organização do material coletado - (pré-análise) e exploração do material; codificação, categorização e inferências⁶⁶. Foram estabelecidos roteiros específicos (APÊNDICES B, C, D, E e F) para a sistematização do *corpus* selecionado, pois, por possuírem natureza e objetivos diferentes, devem receber tratamentos distintos.

O tratamento dos resultados foi baseado em inferências realizadas a partir da passagem da descrição para interpretação, dando sentido e explicando os conteúdos contidos no *corpus* analisado mediante a uma fundamentação teórica^{49,67}. A codificação do material foi conduzida por meio de um esquema de organização dos textos, investigação dos núcleos de sentidos fazendo referência ao objeto de estudo. As inferências baseiam-se nas categorias temáticas que foram levantadas e que possuíam elementos comuns e elaborações coerentes aos objetivos de estudo⁶⁶.

A análise por meio da síntese de todo o material obtido possibilitou a criação de categorias temáticas, concomitante à fundamentação teórica, estratégia de suspensão do pesquisador principal. Esse desvelar interpretativo possibilitou emergir os conceitos necessários para a compreensão da realidade apresentada⁶⁸. Ressalta-se que as representações da análise, que serão apresentadas neste estudo, não são as únicas formas de se apropriar da realidade aqui desvelada, mas sim que os leitores irão desenvolver as suas próprias representações, que são tão significativas quanto as aqui formuladas.

Parte-se do pressuposto da impossibilidade de neutralidade por parte do pesquisador na interpretação dos dados, que atua como sujeito intérprete da realidade apresentada⁶⁸, pautando-se na seguinte concepção: “[...] está claro que o mundo é uma interpretação humana, somente outra interpretação terá o poder de concebê-lo diferentemente. O mundo humano é filho da concepção interpretativa”⁶⁹.

3.5 Princípios éticos

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP/UFMG), sob o parecer 3.257.821 / CAAE: 73522117.0.0000.5149. (ANEXO A). Além disso, por se tratar de uma pesquisa documental, para a qual se utilizaram registros institucionais, foi solicitado autorização dos órgãos responsáveis pelo setor mediante a assinatura do Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD) em cada órgão em que os dados foram coletados (TCUD) (APÊNDICE G).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente sessão inclui a descrição dos documentos utilizados, bem como os resultados e a discussão dos dados da pesquisa, resultantes da análise de conteúdo dos documentos que compuseram o *corpus* de análise.

4.1 Caracterização dos documentos

Compuseram este estudo 160 documentos que se encontraram elegíveis, segundo os critérios de análise preestabelecidos, sendo trabalhados e organizados por volumes. Esses documentos foram distribuídos e explorados, conforme o quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 - Volume e especificações do *corpus* documental segundo período de publicação

Caraterização dos Documentos	Documentos	Volume	Ano/Período
	Relatório de Prefeito	8	1993-2005
	Relatório de Execução Anual das Ações Governamentais	9	2010-2018
	Publicações do Diário Oficial	45	2003-2016
	Publicações de Matérias no <i>website</i> da Prefeitura	18	2017-2019
	Relatório de Atividades	17	1993-2018
	Legislações Municipais (Leis e Decretos)	7	1993-2017
	Ofícios	5	2009-2015
	Informes	7	2007-2018
	Cartas Convites	5	2013-2018
	Memorando de Entendimentos e Ações	6	2006-2015
	Cópias de e-mail	4	2007-2019
	Roteiros de Eventos e Missões	5	2006-2018
	Submissão de Premiações	2	2018
	Documentos Pacto de Milão	3	2015-2018
	Protocolos de Intenções	3	2007-2009
	Relatório de Viagens	2	2001-2006
Autorização de Viagens	7	2010-2015	
Descrição de eventos	3	2018	
Plano Plurianual	4	2006-2021	

Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se quanto à natureza dos documentos, o maior número é de publicações do diário oficial, seguido de publicações de matérias no *website* e de relatórios de atividades do município e da SUSAN, compreendidos no período de 1993 a 2019.

4.2 Análise de Conteúdo dos documentos

Após leitura completa dos documentos de maneira exaustiva e repetida, seguiu-se a exploração do material, atentando-se para as categorias emergentes nos documentos analisados dentro do ciclo político e das ações de internacionalização no contexto da paradiplomacia, que foram: (1) “Fortaleza da política de SAN: participação coletiva, relação Estado-Sociedade”; (2) “Movimento disparador da internacionalização: do sistema internacional para o local” (3) “Restaurante Popular: o lócus da arte da política de SAN”.

4.2.1 Fortaleza da política de SAN: participação coletiva, relação Estado-Sociedade

Nessa categoria, são elencados trechos dos documentos que surgiram após análise da política dentro do modelo do ciclo político, inclui a emersão dos pontos históricos de construção da política que mais se destacaram, estando eles presentes no estágio de formulação e implementação da política. Nesse modelo, a formulação e a implementação permitem a compreensão do significado dos atores, estruturas e ideias, bem como o curso efetivo dado à política. As passagens aqui trazidas revelam a força da política e o pioneirismo das ações implementadas. Vale ressaltar que o período de análise correspondente a 26 anos de execução da política é marcado por trocas de mandatos políticos e conseqüentemente a mudanças de partidos políticos, entretanto observa-se a longevidade e a manutenção da política ao longo dos anos. Os trechos foram organizados em duas subcategorias em função dos tipos de relações encontradas nos documentos.

4.2.1.1 Um olhar para a história: o preâmbulo da política de SAN

Os trechos dessa subcategoria revelam o pioneirismo e os avanços da política de SAN desenvolvida no município, estando ela relacionada à garantia do DHAA e a promoção da SAN, antecedendo os principais marcos legais e regulatórios da política de SAN no Brasil.

Nos trechos abaixo, vincula-se o destaque no entendimento de segurança alimentar e direito à alimentação praticados no município nos anos de 1990, como estratégia adotada de combate à fome e à desnutrição no município:

“Garantir o planejamento, coordenação e execução da política de abastecimento e segurança alimentar, baseando-se conceitualmente na promoção do direito universal à alimentação”. (Relatório de Atividades/1993-1996).

“A SMAB² entende que o direito à alimentação está inserido em um contexto de ampliação da cidadania, sendo deste modo dever do setor público garantir a segurança alimentar e trabalhar no sentido de estender a condição de cidadania alimentar a maior parcela da população.” (Relatório de Prefeitos/1996).

Em ambos os trechos, destacam-se o reconhecimento da obrigação que deve ser exercida pelo Estado na garantia do direito universal à alimentação, trazendo sua concepção de maneira ampliada para além da garantia do abastecimento, a noção de segurança alimentar e valores ligados à dignidade humana e à justiça social.

O entendimento e conceito de segurança alimentar no cenário internacional, vem sendo discutido e construído desde a Primeira Guerra Mundial, estando inicialmente relacionada com a produção e com abastecimento de alimentos. Após a Segunda Guerra Mundial, as discussões internacionais sobre o tema ganham força e com a criação dos organismos internacionais em 1945, já se observa a importância dada ao acesso a alimento de qualidade como um direito humano⁷⁰. O fim da década de 1980 e início da década de 1990 caracteriza-se pela ampliação do conceito de segurança alimentar incorporando a noção nutricional e consolida-se à reafirmação do DHAA e a promoção da SAN para a garantia desse direito⁷⁰.

No Brasil, os anos de 1980 e de 1990 foram marcados por uma profunda crise econômica, pelo fim da ditadura militar (1964-1985) e início da redemocratização⁷¹. Ocorreram nessas décadas a consolidação do conceito de SAN no país, fortemente influenciadas pelas organizações sociais, sendo protagonistas no histórico das lutas e das conquistas sociais em torno do tema de combate à fome no cenário político nacional²¹. À época, estimava-se que

² Secretaria Municipal de Abastecimento a atual SUSAN.

aproximadamente 30 milhões de pessoas em alguma medida sofria o risco da fome e a insegurança alimentar no país²¹.

O enfoque contemporâneo da SAN no âmbito nacional aponta para duas referências iniciais fundamentais “Segurança Alimentar – Proposta de uma Política Contra a Fome” pelo Ministério da Agricultura (MA), em 1985, e a realização da I Conferência Nacional de Alimentação, em 1986, desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). Em consonância com as principais discussões internacionais sobre o tema, durante a CNS foi agregado o aspecto nutricional ao conceito de segurança alimentar, além disso, foi proposta a criação do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, assim como já evidenciado nos documentos elaborados pelo MA que, também, já apresentavam diretrizes para formular uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que foi oficialmente adotada em 1999¹⁶.

As iniciativas de promoção da SAN no Brasil surgem em 1995 com a criação da Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG)⁷², que reconhece a promoção da segurança alimentar como uma responsabilidade social do agronegócio com enfoque econômico. Em 1996, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)¹⁵ assinala para a promoção da SAN em diferentes espaços e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998, promove a mobilização e formulação sobre o tema em um contexto que não fosse o econômico⁷².

O direcionamento das ações tem como base o conceito de segurança alimentar que coloca em evidência uma perspectiva ampla e avançada sobre o tema, muito relacionada às discussões internacionais sobre a SAN, condicionada a fatores ligados não só à produção, mas, também, à qualidade e à sustentabilidade econômica, social e ambiental, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

“A Política de Abastecimento é norteada pelo conceito de segurança alimentar que pressupõe alimentação quantitativamente e qualitativamente adequada para toda a população, em todas as fases da vida. Para garantir este objetivo, os diversos programas desenvolvidos pela SMAB combinam ações de caráter emergencial, garantia de acesso aos alimentos sem comprometer parcela substancial da renda, garantia de disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas sustentáveis e ainda a divulgação aos consumidores sobre práticas alimentares saudáveis e adequadas e ainda sobre o comportamento de preços dos produtos alimentares que compõem sua dieta básica”. (Relatório de Prefeito/1997).

É importante ressaltar que a construção da política de SAN foi um momento marcado por lutas sociais, avanços e retrocessos ao longo da história. No ano de 2003, as discussões sobre a SAN entram na centralidade da agenda política do país em 2003 com a

criação do Programa Fome Zero (PFZ), momento marcado por fatos importantes: aprovação da LOSAN em 2006, com o objetivo de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, e em 2010 com o reconhecimento constitucional da alimentação como um direito social¹⁶.

Destaca-se, nesse contexto, conforme apresentado no trecho abaixo que, com a instauração da SAN na agenda política nacional, novas perspectivas são dadas à política municipal:

“Outra ação importante, em 2003, foi a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comusan-BH). A função dele é discutir e avaliar os programas já existentes na área e Segurança Alimentar e Abastecimento da Prefeitura e contribuir também para o Programa Fome Zero, do Governo Federal”. (Relatório de prefeitos/2003).

“Partindo do conceito da SAN, a Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento atua em consonância com o Governo Federal – Programa Fome Zero. Para alcançar a 1ª Meta do Milênio e as Orientações da Organização Mundial de Saúde, por meio da Estratégia Global para a Alimentação, Atividade Física e Saúde [...]”. (Relatório de prefeito /2005).

“Tendo como diretriz a apropriação, em nível local, da política nacional de segurança alimentar e nutricional [...]”. (Relatório de prestação de contas da SUSAN/ 2007).

“[...] Nesta diretriz (DHAA), o município de Belo Horizonte articula e implementa programas, projetos e ações de SAN – Segurança Alimentar e Nutricional [...]”. (Relatório de prestação de contas da SUSAN/ 2010).

No caso do segundo trecho, nota-se que esse movimento de aperfeiçoamento demonstra avanços convergindo para as dimensões nacionais de SAN e globais de mudanças alimentares e de atividade física. A Estratégia Global para Alimentação, Atividade Física e Saúde é a concretização ou formalização da preocupação com os problemas de saúde relacionados com comportamentos inadequados. Os governos estabeleceram estratégias em suas agendas buscando meios necessários para promoção de hábitos alimentares saudáveis e a prática de atividade física⁷³.

As passagens abaixo demonstram as novas perspectivas dadas da política de SAN, que, após o ano de 2015, é orientada a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

“Para nos auxiliar no desenho das políticas públicas implementadas ou em processo de aperfeiçoamento, utilizamos os indicadores estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU)”. (Relatório de prestação de contas da SUSAN/2017).

“Orientam as ações da política pública municipal de proteção social, segurança alimentar e esportes diversas metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial os ODS 1, 2, 5, 10 e 16”. (Relatório de Prestação de contas da SUSAN /2017).

É importante ressaltar que essas metas estão relacionadas com acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis²³.

Os ODS resultam da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, ocorrida em 2015, é uma agenda universal construída sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. É um plano de ação para pessoas, o planeta e a prosperidade, que a partir de 17 objetivos e 169 metas busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. A erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito imprescindível para o desenvolvimento sustentável²³.

No caso dos trechos apresentados e diante desses marcos históricos importantes, pode-se inferir que há uma lógica de gestão e de articulação na relação teoria-prática das ações de trabalho exercidas pelo município que chamam a atenção, pela sua longevidade e por reconhecer DHAA e a promoção da SAN, tornando-se real na vida das pessoas, por possuir uma visão abrangente e integrada sobre o tema que transcende os enfoques da época. Essa visão extemporânea reverbera em avanços a partir dos novos prismas dados às ações, trazendo aprimoramento à luz dos conhecimentos atuais e das principais discussões internacionais sobre o enfrentamento da fome e da pobreza do mundo contemporâneo.

4.2.1.2 A tríade da relação Estado-sociedade

Os trechos trazidos nesta subcategoria revelam a construção e a implementação da política sob a influência da relação Estado-sociedade relacionadas à participação social, à intersectorialidade e à transversalidade da política de SAN.

A participação social significa “fazer parte de uma sociedade”, ou seja:

Usufruir dos bens e dos recursos sociais, direcionar os rumos dessa sociedade ou participar da riqueza social e cultural e do acesso aos recursos além de participar da gestão pública e da política. [...] está vinculado à atuação das organizações e dos movimentos sociais que têm reivindicações e atividades ligadas às carências, à justiça social, aos direitos, à elaboração de políticas e até às alternativas de sociedade, ou seja, que visam a transformações sociais ⁷⁴.

A gestão participativa da política de SAN ocorre em locais de debate, deliberação e controle com diferentes formatos e espaços, que se institucionalizam com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN)³, Conselho de Alimentação Escolar (CAE)⁴, Espaço de Agricultura Urbana (EAU)⁵, com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)⁶ e por meio da realização de Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (CMSAN)⁷.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar as diferentes características da participação social desenvolvida no município (Quadro 2) que estão presentes na estrutura da política desde a sua concepção aos dias atuais.

Quadro 2 – Descrição dos espaços de participação social da política de SAN do município de Belo Horizonte, MG, Brasil

Espaços de Participação Social	Características dos Espaços de Participação Social
Conselho de Alimentação Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Atribuição: órgão colegiado que tem como principal função a garantia de uma alimentação saudável e adequada aos alunos das escolas públicas municipais de Belo Horizonte. - Composição: 07 membros titulares e 07 membros suplentes. Sendo: 06 representantes da sociedade civil organizada, de pais de alunos, dos trabalhadores da educação, dos professores e de 01 representante do Poder Executivo. - Função: caráter deliberativo, fiscalizador e de assessoramento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Belo Horizonte. Fiscaliza a aplicação de recursos, tem a responsabilidade de zelar pela qualidade dos produtos alimentares, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

³ Conselho criado em 1994 como Conselho Municipal de Abastecimento e extinto em 1997. Recriado em 2003 como Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Decreto nº 11.341/2003.

⁴ Conselho criado no ano de 2000 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 14.264, de 27 de janeiro de 2011.

⁵ Espaço não institucionalizado criado em 2010. A partir de 2016 o espaço entra em reestruturação.

⁶ Institucionalizado em 2015 pelo Decreto nº 15.970.

⁷ Os documentos sinalizam que as CMSAN ocorrem no município desde de 2011.

	<p>- Atividades Realizadas: Reuniões ordinárias mensais, visitas às escolas da rede Municipal de Belo Horizonte e capacitação continuada.</p>
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	<p>- Atribuição: órgão colegiado que tem como objetivo assegurar o direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação adequada e saudável e à segurança alimentar e nutricional no Município.</p> <p>- Composição: 24 membros titulares e 24 membros suplentes. Sendo: 16 representantes da sociedade civil e 08 representantes governamentais.</p> <p>- Função: caráter deliberativo, no âmbito de sua competência, sendo consultivo nos demais casos. Trabalha no desenvolvimento de políticas locais, a serem implementadas a partir de iniciativas e parcerias da municipalidade com a sociedade civil, das instâncias Estaduais e Federal para criar um plano de gestão integrada em segurança alimentar e nutricional - SAN, investir na formação de gestores e agentes sociais, propor ações voltadas à estruturação e integração dos sistemas públicos agroalimentares, dar apoio ao abastecimento e à logística de distribuição e alimentos, incentivar as boas práticas de alimentação e nutrição e investir em educação alimentar.</p> <p>- Atividades Realizadas: reuniões ordinárias mensais e capacitação continuada dos conselheiros.</p>
Espaço de Agricultura Urbana	<p>- Atribuição: espaço de articulação não institucionalizado. É um local de livre participação dos interessados em discutir e implementar ações de Agricultura Urbana e Segurança Alimentar.</p> <p>- Função: por meio de um trabalho em rede, busca promover o intercâmbio de experiências da sociedade civil e do governo.</p>
Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional	<p>- Função: fortalecer a participação popular na gestão do município de Belo Horizonte.</p> <p>- Conferências realizadas: 2011: I Conferência - tema: “Alimentação Saudável. Adequada e Solidária: Direito Humano Básico”.</p> <p>2015: III Conferência - tema: “Comida de Verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”.</p> <p>2019: IV Conferência – tema: “A história que combate a fome alimenta a nossa coragem: pensar os avanços da Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte”.</p>
Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional	<p>-Função: promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal.</p> <p>-Atribuição: elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMUSAN, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar do Município de Belo Horizonte.</p>

Fonte: Relatório de Prestação de Contas SUSAN. Elaborada pela autora.

Outra forma de participação social está inserida na execução da política de SAN, a partir de parcerias entre gestores públicos e a iniciativa privada:

“[...] a participação popular se faz presente através das parcerias estabelecidas com o setor privado (pequenos e microempresários, produtores rurais) para operacionalização e discussão dos programas, especialmente através de reuniões regulares com os técnicos da SMAB. Além disso através das Associações de Moradores, as reivindicações dos usuários dos diversos programas são repassadas a SMAB (Relatório de Atividades 1997 a 2000)”.

Nesse sentido, a participação social constitui-se como um conjunto de diferentes espaços e de representação que cria interconexões privilegiando a construção coletiva e democrática entre os gestores e a sociedade civil⁷⁵.

A participação social é parte essencial na gestão pública por ser um instrumento capaz de promover equidade e a melhoria da qualidade vida da sociedade, por tornar a política mais responsável com as demandas e preocupações da sociedade civil e por conferir a política mais eficiência, maior sustentabilidade política e legitimação dos programas executados⁵⁶.

Em função disso, evidencia-se a importância dada para o fortalecimento da cidadania ativa, representada por diferentes espaços dentro da política de SAN no município, o que permite considerá-la como sendo o pilar da construção e da sustentação da política.

Outro aspecto importante sinalizado nos documentos se refere à intersetorialidade que se dá com o envolvimento de diversos órgãos e setores na formulação e implementação da política de SAN como: Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (BELOTUR), Secretaria Municipal de Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Assistência Social e Meio Ambiente, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Sebrae, ONGs nacionais e internacionais, associações de produtores rurais da região metropolitana e do interior do estado, universidades e setores da iniciativa privada.

A intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de diversos setores, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos⁷⁶ e se concretiza quando setores pactuam um projeto integrado e formulam intervenções que transcendem os programas setoriais⁷⁷. A intersetorialidade relaciona-se à necessidade de tornar as políticas públicas mais efetivas e com resultados mais sustentáveis socialmente⁷⁸.

Experiências relacionadas à gestão transversal também foram apuradas nos documentos, estando associados na formulação da política que se dá por meio da articulação

intersetorial, conforme discutido anteriormente e na implementação dos programas e ações. A transversalidade de uma política envolve um desafio de estabelecer redes entre gestores e órgãos públicos, pressupõe atuação intersetorial, criação de diálogos horizontais e tomada de decisão com articulação de diversos setores governamentais e com a sociedade civil, em que conhecimentos, recursos e técnicos acumuladas em cada espaço institucional possam atuar em sinergia⁷⁹.

As características da transversalidade da política de SAN podem ser evidenciadas nos seus eixos de atuação que atuam sinergicamente na produção, comercialização e consumo de alimentos (Quadro 3) e se materializam em programas, projetos e ações (Gráfico 1) presentes em diversos espaços sociais no município.

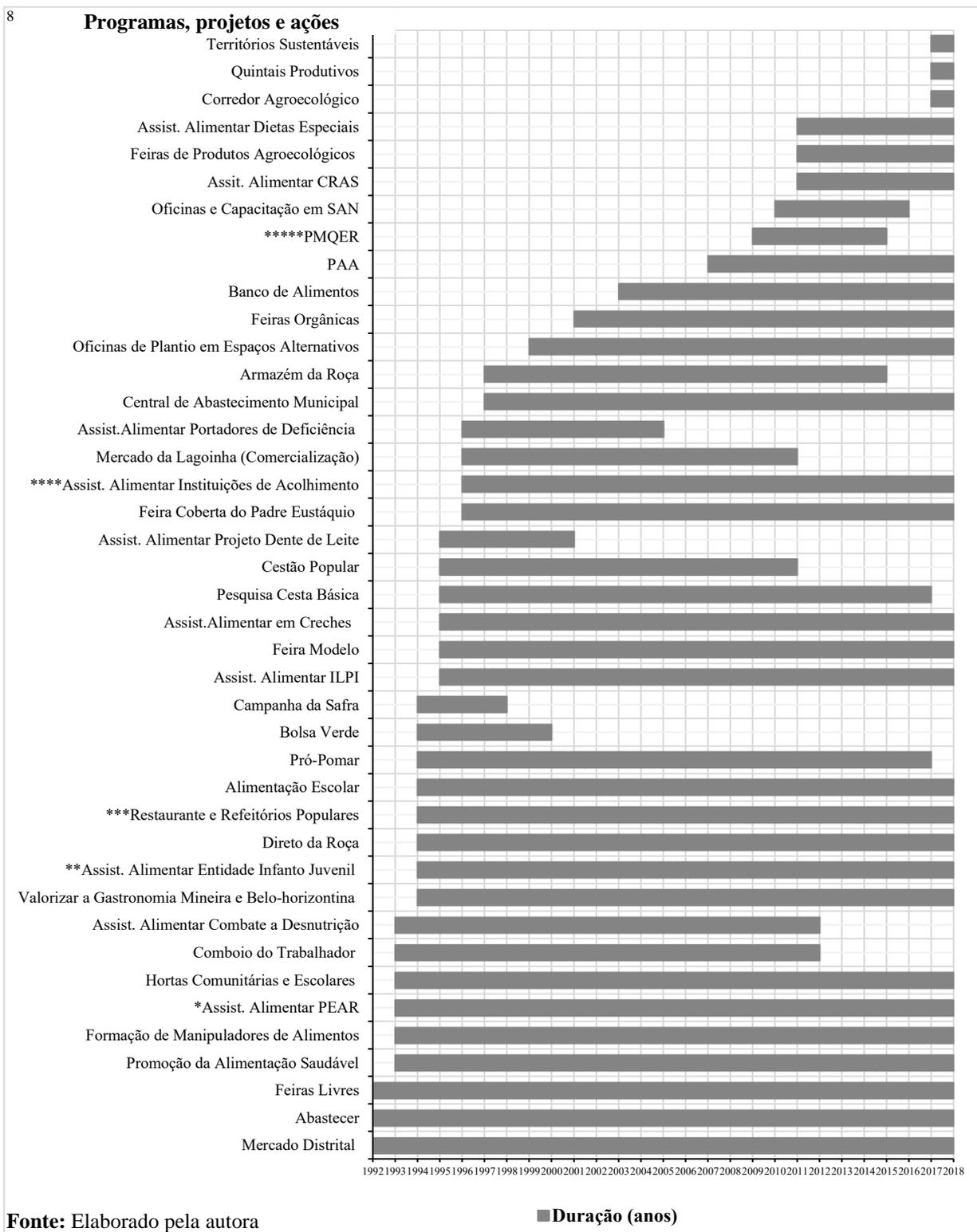
Quadro 3 - Descrição dos eixos de atuação da política de SAN no município de Belo Horizonte, MG, Brasil

Eixos de Atuação	Características dos eixos de atuação
Fomento à Agricultura Urbana	- Objetivo: promover e ampliar a produção agroalimentar urbana, por meio da implementação de projetos participativos de produção de alimentos e insumos agrícolas em bases agroecológicas sustentáveis.
Comercialização Subsidiada	- Objetivos: promover o acesso da população a uma alimentação saudável, de baixo custo e na quantidade adequada. Sua ação é pautada na comercialização subsidiada de refeições. O programa vem cumprindo suas metas propiciando benefícios nutricionais e financeiros a um número cada vez maior de pessoas. Mediante oferta de refeições, esse programa consegue: - Criar a perspectiva de inclusão daqueles que não teriam como se alimentar por não disporem de renda suficiente para tanto; - Possibilitar a melhoria na distribuição dos gastos do orçamento familiar, uma vez que o custo da alimentação passa a ter um peso menor; - Exerce uma pressão, para baixo, nos preços dos restaurantes privados, no entorno dos restaurantes populares, o que resulta em benefícios aos usuários.
Assistência Alimentar e Nutricional	- Objetivos: promover o acesso regular e permanente à alimentação saudável a todos os alunos matriculados na rede pública municipal e conveniada, além de crianças, adultos, idosos e moradores em situação de rua atendidos nos abrigos, albergues e outras instituições conveniadas com o município. Para alcançar seus objetivos, a SUSAN fornece gêneros alimentícios perecíveis

	e não perecíveis para as unidades municipais e conveniadas para produção das refeições, conforme os cardápios planejados pela equipe de nutrição, além de realizar ações de formação dos manipuladores de alimentos, orientação nutricional e supervisão alimentar.
Abastecimento e Regulação do Mercado de Alimentos	-Objetivos: visa garantir e ampliar a toda a população o acesso a alimentação e gêneros de primeira necessidade (higiene e limpeza) em condições apropriadas em termos de quantidade, preço e qualidade, através do apoio à abertura de canais de comercialização direta, e de parceria com a iniciativa privada para a venda de alimentos a baixo custo. Por meio dessa rede e da divulgação periódica de pesquisa com os preços da cesta básica, esse programa tenta contribuir para a regulação do mercado de alimentos no município.
Mobilização e consumo alimentar	-Objetivos: promover a mobilização da população para a adoção de práticas alimentares saudáveis, especialmente em escolas municipais, instituições da rede conveniada, restaurantes populares, CRAS e grupos de convivência de idosos, a partir de uma abordagem dialógica e estratégias fundamentadas na ideia de construção coletiva do conhecimento. São realizadas oficinas de educação alimentar, teatro educativo, formação dos manipuladores de alimentos da rede pública municipal e conveniada, publicação de cartilhas, livros, folhetos, cartazes, etc. Essas ações, aliadas à promoção de estilos de vida saudáveis, se constituem-se como uma estratégia de vital importância para o enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais no contexto atual.
Geração de Emprego e Renda, Qualificação Profissional na área da Gastronomia	-Objetivos: possibilitar e iniciar a qualificação profissional, na área da gastronomia, às pessoas que precisam e queiram melhorar suas oportunidades de inclusão produtiva. Trilha Gastronômica Mineira e Belo-horizontina; Trilha Panificação, Trilha Confeitaria e Trilha de empreendedorismo.
Gestão da Política SAN	- Objetivos: participação sociedade civil representada por meio do COMUSAN, CAE, EAU e CMSAN.
Documentação e Difusão da SAN Sustentável	- Objetivos: disponibilizar a população em geral, bem como a instituições de ensino e pesquisa, informações institucionais e técnicas sobre temas relacionados ao Abastecimento Alimentar e à Segurança Alimentar e Nutricional, bem como organizar e preservar a memória institucional da SUSAN.

Fonte: Relatório de Prestação de Contas 2017 SUSAN. Elaborado pela autora.

Gráfico 1: Histórico de projetos, programas e ações de SAN implementados e executados no período de 1993-2018



*Assist. alimentar programa estrutural para área de risco

** Inclui atendimento aos centros comunitários de apoio.

***Refeitórios Populares criados em 2004

****Inclui atendimento a abrigos, albergues, pessoas em trajetória de rua e deficientes em risco social.

***** Programa Municipal de Qualificação e Renda

A política de SAN se constitui com ações focalizadas e universais para o enfrentamento de um problema complexo que nunca deixou de ser a centralidade da agenda do município, embora tenha ganhado outras dimensões de enfrentamento ainda sim persiste como um problema social que merece atenção, a fome. Nesse sentido, a transversalidade se efetiva pelo compartilhamento em rede e produz forças aumentando o poder de agir coletivamente, voltados para o enfrentamento de problemas que emergem no cotidiano do trabalho⁸⁰.

Pensar a transversalidade e a intersetorialidade dentro da ótica da política de SAN do município de Belo Horizonte é em outras palavras ir além dos limites da fome e da garantia da alimentação como direito humano, é perceber a relevância dada à abordagem sobre o tema de maneira integrada que engloba a participação, o diálogo e a construção compartilhada com diferentes setores, promovendo a convergência em ações inovadoras.

A implementação de ações de segurança alimentar e nutricional, coloca em prática o direito humano, pois se semeou uma ideia ousada e duradora que como se pode perceber no gráfico as políticas implementadas possuem grande sustentabilidade e em sua grande maioria são executadas desde a institucionalização da secretaria até os dias atuais, sem perder essencialmente suas características.

4.3 Movimento disparador da internacionalização: do sistema internacional para o local

Nessa categoria, são apresentados os espaços de articulação internacional com os quais a SUSAN está envolvida, colocando em destaque o movimento “do global para o local” como peça chave de construção de sua atuação no cenário internacional.

O processo de internacionalização, desenvolvido pela SUSAN dentro do contexto da paradiplomacia, é compreendido na lógica do processo de transferência e de difusão de políticas. A compreensão de ambas as abordagens são complementares uma a outra, diz respeito ao processo de transferência os casos em que são importados conhecimentos sobre políticas, arranjos administrativos, instituições, programas e ideias existentes no exterior para serem utilizados no desenvolvimento de políticas em outro ambiente político^{81,82}. Já o processo de difusão trata-se de como as inovações, políticas e programas se espalham de uma entidade governamental para outra⁸¹.

Nesse contexto, a respeito das diferentes dimensões e instrumentos de atuação utilizados pelas unidades subnacionais no contexto da paradiplomacia, os registros encontrados demonstram a realização de missões internacionais do território para o sistema internacional ocorridos em diversos países (Figura 3) para participação em conferências, em fóruns, em encontros, em cúpula, em jornadas técnicas, em painel de discussão e em seminários, pois os temas relacionavam-se com problemáticas de combate à fome, à biodiversidade urbana, à segurança alimentar, à sustentabilidade, ao desperdício e à agricultura.

Figura 3: Localização das missões internacionais do sistema local para o internacional



Fonte: Elaborada pela autora

As missões tiveram objetivos diversos, sendo possível apurar:

“Políticas de Abastecimento foi selecionada pelo Programa de Gestão Urbana das Nações Unidas Integrar um conjunto de 22 casos de políticas públicas de cidades da América Latina e Caribe apresentadas na conferência”. (Relatório de prestação de contas SUSAN/1993).

“[...] Mostrar os avanços conquistados desde a criação da secretaria, em 1993. Na pauta, estão a redução da mortalidade infantil e o programa de agricultura urbana e familiar de Belo Horizonte, entre outros”. (Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2010).

“Participar de um debate moderado - tema central da discussão será como estruturar a urbanização visando alcançar um desenvolvimento sustentável das áreas urbana e rural e como garantir que a agricultura e os espaços urbanos possam contribuir da maneira mais eficaz possível para o suprimento das cidades. Troca de experiência e apresentação da política do município a nível mundial”. (Relatório de viagem/2016).

“Apresentação da política de segurança alimentar e nutricional adotada s PBH com ênfase em agricultura urbana, a consolidação do município como referência em boas práticas públicas e a intensificação das relações com a FAO e o governo da Namíbia”. (Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2014).

“Troca e experiências de caráter internacional na adaptação e monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em nível municipal notadamente no âmbito das políticas sociais visando a subsidiar o aperfeiçoamento das políticas locais e facilitar o processo de monitoramento das metas do ODM”. (Relatório de viagem/2009).

Esses eventos contaram com a participação de formuladores de políticas, de profissionais da academia, de ONGs, de *think tanks*, da sociedade civil, de organismos internacionais, de pesquisadores, de representantes da indústria de alimentos, de chefes de estados e do governo.

Sobre tal questão, ainda foi possível identificar os objetivos dos eventos:

“No evento serão tratados a rápida urbanização das cidades e seu impacto nas comunidades, economias e políticas. O Fórum Urbano Mundial, promovido pela ONU, é um dos mais importantes eventos voltados para a discussão da gestão urbana”. (Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2006).

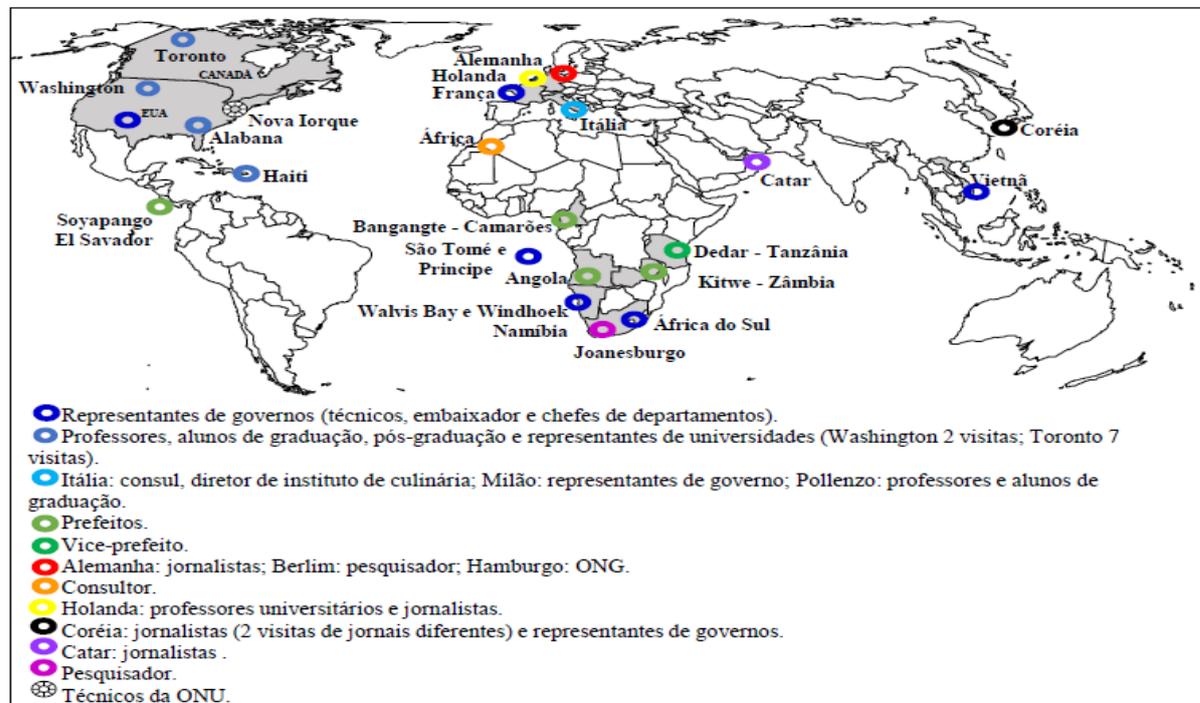
“Serão discutidos e apresentadas estratégias e políticas sociais voltadas à segurança alimentar e nutricional em centros urbanos e com agricultores. Serão plenárias e workshops sobre estratégias e políticas de segurança alimentar aturais em discussão nos EUA, com apresentação das políticas aqui implementadas. Discutidos outros tópicos com vistas à erradicação da pobreza e aumento do acesso a uma alimentação sadia e regular, sempre com vistas a uma justiça social com conexões entre: saúde pública, conselhos de alimentação pública, agricultura urbana entre outros”. (Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2010).

“Proporcionar um diálogo entre os vários atores no tema de Segurança Alimentar e Nutricional, governos e outros interventores de diferentes níveis. [...]Estudo de caso do sistema alimentar de Belo Horizonte será a linha mestra do Workshop, sendo que as experiências sobre o Banco de alimentos e agricultura urbana de nosso município serão priorizados e tomadas como diretrizes pra estruturação destas ações no país”. (Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2014).

“Influenciar o governo americano e governos locais dos EUA a criarem políticas de segurança alimentar inspiradas na experiência exitosa de Belo Horizonte”. (Matéria publicada no site da prefeitura/2018).

Além da vertente de missões internacionais, as autoridades locais ainda recebem seus pares internacionais, os atores estatais, bem como os atores não estatais. Os registros apontam o recebimento de missões internacionais de vários locais realizadas por representantes de diferentes instituições públicas e privadas do mundo (Figura 4).

Figura 4: Localização e descrição das missões internacionais do sistema internacional para o local



Fonte: Elaborada pela autora

Na perspectiva dos objetivos dessas visitas destacam-se: o intercâmbio acadêmico, conhecer os projetos sintonizados com os ODM, estabelecer políticas de cooperação, produzir matéria sobre os programas, gravação de documentário:

“As visitas tiveram caráter de estudo de caso da disciplina "Programas e políticas de segurança alimentar urbana - o caso de Belo Horizonte". (Discentes de pós-graduação da Universidade de Ryerson Canadá - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2008).

“Uma equipe da filial latino-americana da rede de televisão [...] esteve em Belo Horizonte ontem para produzir uma matéria sobre os programas bem-sucedidos de abastecimento da capital, que servem de exemplo para outras cidades do Brasil e do mundo”. (Equipe de Jornalistas de emissora do Catar - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2010).

“Pelo segundo ano consecutivo[...] a professora da Escola de Serviços Internacionais da *American University*, situada em Washington, capital dos Estados Unidos, traz seus alunos de mestrado à capital mineira. O objetivo é que, por meio de visitas técnicas, eles conheçam um pouco mais das políticas sociais e de segurança alimentar”. (Discentes de pós-graduação - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2015).

“Uma delegação da cidade italiana de Milão visitou Belo Horizonte em abril com o objetivo de propiciar uma troca de experiências e de *know how* sobre as temáticas vinculadas à Segurança Alimentar, bem como temas relacionados à gestão dos

serviços municipais”. (Representantes de empresas da iniciativa privada - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/ 2016).

Ainda foi possível identificar nos documentos o programa da política de SAN que mais apresentou interesse de difusão, o programa Restaurante Popular e o motivo pelo qual se deu a escolha por visitar os programas de SAN do município:

“Optamos por Belo Horizonte por causa da política de segurança alimentar exercida pela Prefeitura desde 1993, que fez com que a cidade se tornasse um exemplo. De fato, é uma cidade modelo, tanto para as cidades brasileiras quanto do mundo. [...] BH foi a primeira dedicada ao direito humano à alimentação, como política básica e como reconhecimento da importância para a sociedade [...]”. (Equipe de Jornalistas Alemães - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2009).

“Belo Horizonte foi escolhida por ser referência mundial em segurança alimentar e, segundo ele, todos os estudantes envolvidos na visita são jovens com alta capacidade de liderança. Eles estão unidos com o objetivo de encontrar soluções em segurança alimentar para a cidade onde vivem, [...], onde as principais preocupações são obesidade e diabetes”. (Docente de Universidade do Alabama - Matéria publicada no Diário Oficial/ 2011).

“A existência de uma política pública municipal de segurança alimentar que ele considera única, porque integra vários setores da gestão da cidade e favorece desde a produção do alimento pela agricultura familiar até a chegada deste nas mesas de creches, escolas e restaurantes populares”. (Discente bolsista de pós-graduação Universidade Americana - Matéria publicada no Diário *website* do município/2017).

“A capital mineira foi escolhida pelo fato de ser referência no Brasil e no exterior em políticas sociais e segurança alimentar. Por isso, a cidade foi escolhida pela comitiva”. (Técnicos e Ministro do Ministério de Desenvolvimento Social da África do Sul - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2012).

“No Canadá, as pessoas se interessaram muito pelo assunto, pois poucas cidades no mundo têm programas tão inovadores concentrados num departamento só”. (Docente Universidade de Ryerson Canadá - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2005).

No que se refere aos resultados das missões recebidas pôde-se apurar:

“Filosofia geral que integra todos os programas. Isso é muito inovador e é o que queremos levar para o nosso país”. (Técnicos do governo americano - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2005).

“Municípios de El Salvador, país localizado na América Central, querem adotar políticas públicas desenvolvidas pela Prefeitura de Belo Horizonte”. (Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2007).

“Promoção de atividades conjuntas e intercâmbio de experiências, a fim de fortalecer e incrementar as políticas públicas municipais”. (Matéria Publicada no Diário Oficial do Município/2010).

“[...] Escreveu um trabalho científico sobre o assunto. De acordo com a professora, o trabalho gerou muita repercussão, o que a motivou a desenvolver um curso na universidade destinado a alunos das disciplinas relacionadas à nutrição e segurança

alimentar”. (Docente da Universidade de Ryerson no Canadá - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/ 2008).

“Espero contribuir para que essas informações inspirem boas práticas de políticas públicas na Coreia, como existem aqui”. (Jornalista do Jornal sul coreano The Kyunghyang Shinmun - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2016).

“O que vemos em outros lugares são programas isolados. Acredito que o segredo do sucesso de Belo Horizonte é ter criado uma secretaria própria para a segurança alimentar e nutricional, com o suporte que a área merece. Já tem muita gente no exterior trabalhando para replicar essa experiência”. (Docente da Universidade de Ryerson no Canadá - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/ 2015).

E, por fim, foram encontrados registros que demonstram a realização de acordos de cooperação internacional descentralizada bilateral e multilateral.

No âmbito da cooperação bilateral, as parcerias foram realizadas com as cidades de Bogotá (Colômbia), Soyapango (El Salvador), Windhoek (Namíbia) e a Universidade de Ryerson (Toronto/Canadá), com a finalidade de promover o intercâmbio e discussões de boas práticas, a colaboração institucional para viabilizar ações em prol da coesão e da inclusão social, da superação dos desequilíbrios sociais e ambientais, fortalecer e incrementar as políticas públicas e as relações e aprofundando os vínculos existentes. Outra parceria foi com a *UN-Habitat* que escolheu Belo Horizonte como cidade modelo para o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com o intuito de acompanhar os programas que contribuem para a erradicação da miséria e da pobreza em sintonia com os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com o programa “Localizando os Objetivos do Milênio”. Os procedimentos de cooperação se deram por meio de intercâmbio de informações, por consultas técnicas, por treinamento de especialistas, por cessão de especialistas, por realização de cursos, por seminários, por simpósios, por conferências. Atualmente, está em andamento a parceria com a Organização não Governamental internacional *Mercy For Animals* Brasil por meio do “Programa Alimentação Consciente Brasil” que visa incluir opções vegetarianas na alimentação escolar e nos restaurantes populares da cidade.

No que se refere à cooperação multilateral, a parceria foi realizada com onze cidades latino-americanas e a Organização das Nações Unidas (ONU) para a instituição de uma rede de cooperação para o desenvolvimento de ações convergentes com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, por meio de compartilhamento de informações e do intercâmbio de experiências.

Há registros de participação em redes internacionais, a plataforma *City Food* e o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, no qual Belo Horizonte foi convidada

pela Prefeitura de Milão para ser cidade signatária e eleita no ano de 2016 como cidade-membro no Comitê de Direção:

“Convite feito pela Prefeitura de Milão a Belo Horizonte para que a capital mineira seja um dos 46 municípios signatários do ‘*Urban Food Policy Pact*’ (Pacto pela Política Alimentar Urbana”. (Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2015).

“Belo Horizonte foi eleita [...] uma das 13 cidades-membro do Comitê de Direção do *Milan Urban Food Policy Pact (MUFPP)*. A votação se deu por zonas geográficas e ocorreram eleições simultâneas na África, Europa, América do Norte, Ásia, Oceania e América Latina para eleger os representantes de cada região. As cidades latino-americanas elegeram, entre as 17 cidades da região signatárias do pacto, 3 cidades para fazer parte do Comitê Diretor e representar os interesses da região junto ao Pacto: Belo Horizonte, que venceu a votação em primeiro lugar, seguida de Buenos Aires e São Paulo”. (*Release FNP- MUFPP eleições/s.d.*)

O Pacto de Milão é um protocolo internacional que tem por objetivo criar uma rede de cidades comprometidas com o desenvolvimento e a implementação de sistemas alimentares sustentáveis e desenvolver uma política alimentar global abrangente, que considere todos os aspectos dos ciclos alimentares urbanos, da produção ao consumo, do processamento à distribuição²⁴. A atuação se dá por meio de trocas de ideias e de sugestões sobre como abordar concretamente problemas comuns sobre temas que envolvem alimentação²⁴.

No caso do *City Food*, coordenado pelo ICLEI – RUAFA, tem como foco de atuação sistemas alimentares cidade-região e agricultura urbana e periurbana, visa acelerar a ação do governo local e regional em sistemas alimentares cidade-região sustentáveis e resilientes, fornecendo às cidades informações, treinamento e assistência técnica e política, bem como orientar e facilitar a cooperação entre cidades, em todo o mundo e entre governos locais e sociedade civil.

Como último componente, diante de tudo o que foi exposto, outros resultados da internacionalização da política de SAN convergem para o seu reconhecimento internacional pelo conjunto de práticas desenvolvidas quanto pelos programas específicos que compõem a política (Quadro 4). Há indícios da influência de atores individuais da sociedade civil, conforme demonstrado no trecho a seguir:

“Também foi a professora [...] uma das responsáveis pela indicação de Belo Horizonte ao prêmio *Future Policy Award do World Future Council*, em 2009”. (Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2010).

“O Secretariado do Pacto Urbano sobre Políticas Alimentares de Milão está apoiando o processo de seleção de 50 práticas mais relevantes coletadas em cidades signatárias.

Um relatório dessas práticas, incluindo muitos dos que foram submetidos ao Milan Pact Awards, serão publicados juntamente com FAO, destacando sua contribuição para a criação de sistemas alimentares urbanos sustentáveis. Acreditamos que a prática que você enviou nas edições “MPA 2016/2017 deve ser incluída no relatório”. (Cópia de E-mail/2018).

Quadro 4 – Premiações internacionais da política de SAN

Ano	Instituição	Tipo de Premiações	Descrição	Premiação
1996	Organização das Nações Unidas	Destaque Internacional	<i>Best Practice</i> da Administração Pública da América Latina e Caribe.	Órgão Gestor da Política de SAN
2009	<i>World Future Council</i>	Prêmio Internacional <i>Future Policy Award</i>	Políticas bem-sucedidas de segurança alimentar - políticas que criam sistemas alimentares justos e sustentáveis, sejam regionais, nacionais ou globais e, assim, contribuem para um mundo melhor	Órgão Gestor da Política de SAN
2018	Encontro Anual das Cidades Signatárias do Pacto de Milão	Menção Honrosa <i>Milan Pact Awards</i>	Equidade Social e Econômica, pela oferta de refeições gratuitas e de qualidade à população em situação de rua.	Restaurantes Populares
2018	FAO/ Instituto de Pesquisa de Milão / Pacto de Milão	Reconhecimento Internacional	50 práticas selecionadas do Pacto de Milão 2016 a 2018. Categoria Resíduos alimentares.	Banco de Alimentos
2019	Encontro Anual das Cidades Signatárias do Pacto de Milão	Reconhecimento Internacional uns dos quatro finalistas <i>Milan Pact Awards</i>	Categoria: Produção de alimentos. Avaliação foram inovação, impacto, inclusão e adversidades enfrentadas para desenvolvimento das políticas públicas.	Territórios Sustentáveis
2019	ONG <i>Mercy For Animals</i> Brasil	Selo Internacional	Liderança em Saúde e em Sustentabilidade.	Órgão Gestor da Política de SAN

Fonte: Elaborado pela autora

De fato, embora não faça parte do seu desenho institucional, a SUSAN passou a realizar atividades de internacionalização, com destaque para o recebimento de missões internacionais, promovendo a articulação com interlocutores internacionais governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada que, conforme apresentado, constituem a principal atividade executada no sistema internacional.

Pode-se inferir que a internacionalização da política de SAN é resultado de ações e fluxos heterogêneos que se deu com o envolvimento de países com características semelhantes e distintas, de forma espontânea e contou com a atuação e a legitimidade de formuladores de políticas e especialistas. A esse respeito, é importante destacar que as ações de internacionalização possuem coesão com a importância dada a esse processo reconhecido por Faria⁸³ que reconhece como um processo resultante da ação direta e indireta, propositado e por vezes não intencionado, da atuação de uma variedade de atores individuais e coletivos, com isso gerando contribuições na busca de maior eficiência, de eficácia e de legitimidade da ação estatal.

4.4 Restaurante Popular: o locus da arte da política de SAN

Nessa categoria, são abarcados os discursos e trechos dos documentos que descrevem a política executada no município que mais se destaca no cenário internacional. Esse destaque vem do movimento de internacionalização do sistema global para o local, com o recebimento de representantes de diversos setores da sociedade civil, do poder público e da iniciativa privada para conhecer a política de SAN, desenvolvida no município, com destaque para o Programa Restaurante Popular (RP) que se apresenta como uma experiência estética.

Nos trechos abaixo, mencionam-se os motivos relativos ao objetivo da missão internacional, com destaque pela procura para conhecer os RPs:

“O restaurante foi escolhido para fazer parte do documentário pela iniciativa sustentável de coleta de resíduos orgânicos desenvolvido”. (Jornalista de jornal da Alemanha - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2013).

“Tenho bastante interesse em políticas públicas de combate à fome e à pobreza e achei exemplar a iniciativa desenvolvida aqui. No primeiro momento, pode até parecer impossível criar um local onde o preço da refeição é simbólico e de qualidade, mas a prova de que isso é viável está aí”. (Visita de consultor africano - Matéria publicada no Diário Oficial do Município2013).

“[...] Tem grande interesse em conhecer os programas de segurança alimentar de Belo Horizonte e já ouviu falar dos restaurantes populares e assim tem especial interesse em conhecê-los além de outras programas [...]”. (Cópia de e-mail/ 2018).

Evidenciam-se, por meio desses trechos, o interesse que o RP desperta como tema de procura que motivaram e determinaram a realização de missões internacionais do contexto internacional para o local.

O RP é uma estratégia pioneira implementada e institucionalizada em Belo Horizonte, caracteriza-se pela comercialização de refeições prontas, variadas, saudáveis, de qualidade do ponto de vista nutricional e higiênico-sanitário, a preços acessíveis, para toda a população e prioritariamente as pessoas em situação de vulnerabilidade social⁸⁴. O programa possui reconhecimento nacional, sendo incorporado aos programas que compõem o Programa Fome Zero (PFZ) no ano de 2003. O PFZ é uma estratégia criada pelo governo federal que se constitui na criação de uma política de erradicação da fome e assegura o direito humano à alimentação no país ^{21,85}.

No trecho abaixo, os visitantes reconhecem o RP como uma prática inovadora e de sucesso desenvolvida no município que podem ser desenvolvidas em outros lugares do mundo:

“[...] Restaurantes populares seriam ótimas saídas para países africanos e asiáticos, onde estão alguns dos maiores bolsões de miséria do mundo”. (Visita de técnicos da FAO - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2005).

"Em Belo Horizonte existe uma política centralizada de segurança alimentar e nutricional, que tem como base o princípio do direito humano à alimentação. O comprometimento com este direito humano está fazendo da capital mineira uma referência internacional. O Restaurante Popular é a estrela desta política". (Docente da Universidade de Ryerson no Canadá - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/ 2008).

“Não existe um restaurante nesses moldes na Alemanha”. (Visita de Jornalista da Alemanha - Matéria Publicada no Diário Oficial do Município/2013).

“O Restaurante Popular é incrível porque é possível comer bem e de forma saudável com pouco dinheiro. Isso é algo que não existe nos Estados Unidos, onde temos os mesmos problemas de obesidade e desigualdade.” (Discente de pós-graduação da Universidade Americana de Washington - Matéria publicada no Diário Oficial do Município /2014).

Destacam-se nos trechos o reconhecimento do programa RP, como a estrela da política de SAN no município, sendo uma iniciativa exemplar de combate à fome e à pobreza, fornecendo refeições saudáveis, com preços acessíveis e de qualidade que poderiam ser adotadas em outros países. Em dois trechos, é evidenciado, também, a inexistência de restaurante popular em outros países onde existem problemas de obesidade e de desigualdade.

Quando os visitantes trazem suas experiências vivenciadas e as vinculam ao que conhecem durante a visita, de modo que correlacionam com as suas experiências, eles têm a oportunidade de dar um novo sentido às suas práticas, sendo capazes de influenciar novas políticas em seus países. Isso se dá pelo movimento de produzir sentidos, a partir da identificação com as práticas desenvolvidas no RP, por produzir a manifestação da diferença e similaridade no seu contexto vivenciado, constituindo um movimento de pensar novas estratégias.

É nessa ótica que o RP se apresenta como uma arte, mas não se enquadra nos cânones do que se considera arte e sim no sentido postulado a ideia ligada à manifestação de experiências estéticas.

A arte é capaz de produzir uma ideia, uma intenção, uma mensagem moral ou política, tornando-se, assim, um disparador da experiência estética⁸⁶. Nesse sentido, as experiências estéticas são aquelas produzidas entre o sujeito e o objeto, relacionadas aos efeitos que se produzem na percepção e no sentimento, que gera um estado diferente de deslocamento, a partir da experiência da criação e do desvelamento da subjetividade⁸⁷. É caracterizada por experiências marcantes que afetam o sujeito, que por sua estranheza força o pensamento⁸⁸.

Os trechos a seguir recaem sobre os valores e juízos produzidos após a visita no RP:

“Estamos impressionados de ver a responsabilidade, a logística, e o empenho de toda a equipe para garantir, além de tudo, esse ambiente democrático onde as classes se unem em torno do alimento saudável [...]”. (Diretores da Vilentum University of Applied Sciences Almere/Holanda - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2015).

“Aqui as pessoas desfavorecidas podem ter alimentação com qualidade e dignidade”. (Técnico do governo americano - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2005).

Os discursos evidenciam que os visitantes reconhecem os RPs como um espaço democrático que promove a efetivação da dignidade humana. A democracia nesse sentido estimula a efetivação de um espaço que oportuniza a cidadania e a inclusão social.

A dignidade humana é um princípio constitucional fundamental que incorpora a singularidade do indivíduo e a ideia de respeito pelos direitos, sendo ele inalienável e ocupa posição especial na constituição federal⁸⁹. É o núcleo essencial dos direitos fundamentais, a fonte da ética, do sentido de valor e de prática dos direitos fundamentais⁹⁰.

Ao atribuir a noção de dignidade ao programa para as minorias, reconhece-se o alcance da política e a caracteriza como um espaço promotor de igualdade, de democracia e de

justiça. Esse fato foi afirmado internacionalmente com menção honrosa do Encontro Anual das Cidades Signatárias do Pacto de Milão em 2018, com o reconhecimento do RPs como uma estratégia de promoção de equidade social e econômica pelo fornecimento de refeições gratuitas e de qualidade à população em situação de rua.

Os visitantes ainda trazem um olhar sobre o programa relacionando ao tema felicidade:

“[...] O jornal está elaborando um material com o tema “Felicidade”. Para isso, atribuiu a vários jornalistas a missão de percorrer o mundo em busca de notícias em áreas como educação, saúde, meio ambiente e alimentação. Ao saber da existência dos restaurantes populares em Belo Horizonte, a direção do jornal me pediu que fizesse uma pesquisa sobre isso e acabei descobrindo ainda outros programas da PBH na área da alimentação [...]”. (Jornalista do jornal sul coreano The Kyunghyang Shinmun - Matéria publicada no Diário Oficial do Município/2016).

A felicidade é uma percepção humana que se relaciona com as motivações encontradas na vida familiar, amorosa, social e ambiental. Na concepção político-filosófica, considerando o homem político, a felicidade encontra-se na sua participação, na organização como elemento fundamental na busca do bem comum⁹¹ e cabe às políticas contribuir para a qualidade de felicidade da população⁹².

Os possíveis determinantes da felicidade relacionados ao RP encontram-se intrinsecamente relacionados por estes constituírem um espaço de promoção de hábitos alimentares saudáveis, com o fornecimento de refeições nutricionalmente saudáveis e por ser um programa que garante o direito humano à alimentação, em um contexto ampliado e universal, promotor de igualdade e de equidade.

Estudos evidenciam que políticas públicas promotoras de segurança alimentar que encorajem a alimentação saudável, a agricultura urbana, o consumo de frutas e de verduras, aumentam o bem-estar^{93,94}, caracterizando, assim, como iniciativas importantes para o alcance da felicidade e que se relacionam positivamente a com ela⁹⁵.

O significado social da alimentação saudável relacionado ao bem-estar, oferece uma nova possibilidade de ganhos psicológicos extras que podem ocorrer mais rapidamente do que outros benefícios relacionados com a saúde física⁹⁵.

Nesse relato, ao relacionar ao programa RP o tema felicidade, nota-se importância dada no sentido do princípio de bem-estar, associado à satisfação das pessoas e ligado à alimentação. Com isso, materializa-se como matéria-prima para a fabricação de confiança e de qualidade dos serviços prestados, sendo uma política centrada nas pessoas e não no desenvolvimento econômico, que promove o reconhecimento de que todos são importantes,

podendo ser considerada um fator que contribui, fundamentalmente, para a felicidade agregada ao fator bem-estar social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discutiu-se a atuação da SUSAN, no cenário internacional no contexto da paradiplomacia, a partir da análise da sua institucionalização, procurando entender os motivos pelos quais ela se tornou socialmente aceita e forte dentro do município, para a partir de então compreender porque ela foi internacionalizada no contexto da paradiplomacia.

A análise empreendida junto aos documentos, que compuseram o *corpus* de análise, revelou que a política de SAN, desenvolvida no município, possui um reconhecimento no cenário internacional que ultrapassa o mecanismo de aprendizagem e inspiração, constituindo-se como potencial influenciadora de políticas em outros países. Ao longo de sua trajetória institucional construída e implementada, com a força internalizada no papel desempenhado pela participação social, tornou-se fortalecida e reconhecida enquanto política de SAN e de garantia de direito humano à alimentação no cenário internacional.

Apreende-se que essa difusão para o cenário internacional esteja relacionada ao longo processo histórico de construção da política, a partir do amadurecimento e consolidação institucional, de forma pioneira no país dentro dos enfoques da época, pois se ousou e se semeou uma ideia, tornando-a real com a implementação de programas inovadores e as discussões teóricas sobre o tema de garantia do direito humano à alimentação e o conceito da SAN, o que confere um longo *know-how* na área. Em função da experiência adquirida, passou-se a envolver cada vez mais com questões internacionais, sendo notável a importância dada dentro do cenário internacional que se valeu de marcos importantes, a partir do olhar de formuladores de políticas e atores sociais do sistema internacional em direção ao local para o reconhecimento internacional conferido à política de SAN no município e a sua atuação de maneira ativa no cenário internacional.

É possível ainda constatar, a partir de todo processo analisado, que a política de SAN converge para uma política resiliente, tanto em âmbito local quanto no seu desenvolvimento no cenário internacional, por ter adaptado e aprimorado suas ações diante dos enfoques e contexto socioeconômico do período analisado. Conforme definição técnica, resiliência refere-se à capacidade de um sistema de “absorver o desequilíbrio e se reorganizar enquanto estiver enfrentando mudança de modo a ainda manter essencialmente a mesma função, estrutura, identidade e *feedbacks*”⁹⁶.

A importância deste estudo encontra-se nos instrumentos de análises interdisciplinares que contou com a interação de conceitos das áreas de relações internacionais, administração pública, nutrição e ciências sociais para compreender, à luz das principais discussões sobre a SAN, o objeto estudado, que foram capazes de demonstrar o comportamento da política ao longo do período analisado, no qual se identificou uma escassez de estudos dentro dessa perspectiva de política pública de SAN no contexto da paradiplomacia, o que permite comprovar o seu pioneirismo enquanto prática inovadora e de sucesso no cenário nacional e internacional.

A análise ainda permitiu identificar o programa Restaurante Popular como sendo a política que mais se destaca, dentre todas as desenvolvidas pelo município, o que o constitui como uma experiência estética, por ter sido capaz de afetar os visitantes como um espaço promotor de dignidade, de justiça, de democracia, relacionado à felicidade. Além disso, foi possível notar o reconhecimento do programa como uma estratégia potente a ser implementada em outros países para superar as dificuldades relacionadas à alimentação, presentes nos dias atuais, que vão desde a fome à obesidade.

A principal dificuldade no desenvolvimento da pesquisa foi a falta de padronização dos documentos que possuíam as mesmas características. Dessa forma, não foi possível mapear as informações de maneira uniforme ao longo do período analisado.

Sugere-se, nesse sentido, a importância de novos estudos que possam ser verificados a na adoção das práticas desenvolvidas no município em outros países, demonstrando a efetiva influência da política na criação de políticas em outras cidades do mundo.

A relevância deste estudo dentro das principais discussões sobre a SAN encontra-se na possibilidade de fomentar novas políticas em âmbito nacional e internacional, a partir do reconhecimento nacional e internacional na promoção do direito humano à alimentação e à segurança alimentar.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Barros RP de, Henriques R, Mendonça R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Rev Bras Ciências Sociais*. Fev 2000; 15(42):123–42.
2. Mendonça DB. De dentro para fora: uma análise sobre a internacionalização da agenda do Consea entre 2003 e 2010 [dissertação]. [Brasília-DF]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2018. 92p. Disponível em: http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/danilo_barbosa_mendonca.pdf.
3. Silva JJ, Bruno MAP, Silva DBN. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015. *Revista de Economia Política*. Jan/Mar 2020;40(1):138–60.
4. Monteiro CA. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados*. Jun 2003;17(48):7–20.
5. Food and Agriculture Organization of the United Nations. SOFI 2017: Questions & Answers 2017. [Internet]. 2017. [Acesso em 12 de Jan de 2020]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-BT851E.pdf>.
6. Castro J de. Geografia da fome: o dilema brasileiro pão ou aço. São Paulo: Civilização Brasileira; 2008; p.18.
7. Bickel GMN, Nord M, Price C, Hamilton W, Cook J. Guide to measuring household food security. Revised 2000. Alexandria: Office of Analysis Nutrition, and Evaluation Food and Nutrition Service, United States Department of Agriculture. [Internet]. 2000. [Acesso em 13 de Fev de 2020]. Disponível em: <https://fns-prod.azureedge.net/sites/default/files/FSGuide.pdf>.
8. Sperandio N, Priore SE. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. *Epidemiol Serv Saúde*. Out /Dez 2015;24(4):739–48.
9. Almeida JA, Santos AS, Nascimento MAO, Oliveira JVC, Silva DG, Mendes-Netto RS. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. *Ciência e Saúde Coletiva*. Abr 2017;22(2):479–88.
10. Food and Agriculture Organization of the United Nations; International Fund for Agricultural Development; United Nations Children’s Fund; United Nations World Programme; World Health Organization. The State of Food Security and Nutrition in the World 2019. Roma; 2019. 239 p.
11. Albuquerque MFM. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Rev Nutr Campinas*. Nov/Dez 2009;22(6):895–903.

12. Panigassi G, Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Pérez-Escamilla R, Sampaio MFA, Maranhã LK. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: Análise de inquérito populacional. *Cad Saúde Pública*. Out2008;24(10):2376–84.
13. Dubbeling M, Hoekstra F, Carey J, Wiskerke H. Sistemas alimentares urbano-regionais.[editorial]. *Revista de Agricultura Urbana*. 2015;Mai 29:02-05.
14. Organização das Nações Unidas. Departamento de World Urbanization Prospects: The 2018 revision. Nova Iorque.[Internet].2019.[Acesso em 12 de Jan de 2020]. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>.
15. Batista MF. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. [editorial]. *Cadernos de Saúde Pública*. Jul/Ago 2003; 19(4):872–3.
16. Cervato-Mancuso AMC, Vieira VLCC. Alimentação como um Direito Humano e as Políticas Sociais Atuais. In: Diez-Gasrcia RW C-MA, organizadores. *Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional*. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2017p.79-88.
17. Burity V, Franceschini T, Recine FVE, Leão M, Carvalho MF. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. [Internet]. Brasília, DF: Abrandh. 2010. 204 p. [Acesso em 23 de Jan de 2020]. Disponível em: https://www.redsanclp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf.
18. Brasil. [Lei Orgânica].Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 . Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 18 set. 2006.p1.
19. Silva MFS, Nunes ED. Josué de Castro e o pensamento social Brasileiro. *Ciência e Saúde Coletiva*. Abr 2017;22(11):3677–87.
20. Burlandy L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da alimentação e nutrição no Brasil: elementos para reflexão. *Ciência e Saúde Coletiva*. Jan 2011;16 (1): 63–72.
21. Silva SP. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea 2014; 82 p.
22. Vasconcellos ABPA, Moura LBA. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. *Cad. Saúde Pública*.Mar 2018;34(2):1-13.
23. Organização das Nações Unidas Brasil. Transformando nosso mundo: a agenda 20130 para o desenvolvimento sustentável. [Internet]. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). [Atualizado em 13 de outubro de 2015; acesso em 25 de jan de 2020]. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

24. Pacto de Milão sobre políticas de alimentação urbana. [Internet]. Traduzido para a língua portuguesa: Pedro Krupenski e João Fernandes. Projeto integrar para alimentar. Oikos – Cooperação e Desenvolvimento. [23 de dezembro de 2015; acesso em 20 de dezembro de 2019]. Disponível em:
<https://www.anmp.pt/files/dpeas/2016/div/PactoMilao.pdf>.
25. Food and Agriculture Organization of the United Nations. The role of cities in the transformation of food systems: sharing lessons from Milan Pact Cities. [Internet]. Rome: 2018 [acesso em 22 de jan 2020]. Disponível em:
<http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wp-content/uploads/2018/10/CA0912EN.pdf>.
26. Políticas de abastecimento de Belo Horizonte são referência internacional. [Internet]. Belo Horizonte; Diário Oficial do Município [atualizado 25 de abril de 2008; acessado; 12 de jan de 2020]. Disponível em:
<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=974977>.
27. Belik W. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. *Segurança Aliment e Nutr* [Internet]. 2012;19(2):94-110.
28. Chappell MJ. Beginning to end hunger: food and the environment in Belo Horizonte, Brazil, and beyond. [e-book]. Oakland, Califórnia: University of California Press. 2018. 254 p.
29. Prado DFM. A atuação internacional dos governos subnacionais: construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro. *Carta Inter*. Dez 2018;13(3):137–68. Disponível em:
<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/846/397> doi: 10.21530/ci.v13n3.2018.846.
30. Moraes MCA. Paradiplomacia no Brasil: uma abordagem sobre a inserção internacional de municípios paraibanos a partir do Programa Plano Diretor [dissertação]. [João Pessoa]: Universidade Estadual da Paraíba; 2011. 126p. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2996>.
31. Pietro NC. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: Vigevani T, organizadores. *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. Bauru- São Paulo: Unesp; 2004. p. 251–282.
32. Perpétuo RO. A cidade além da nação: a institucionalização do processo de internacionalização de Belo Horizonte [dissertação]. [Belo Horizonte]: Pontifícia Universidade Federal de Minas Gerais; 2010. 149p. Disponível em:
http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelInternac_PerpetuoRO_1.pdf.
33. Junqueira CGB. A criação das secretarias municipais de relações internacionais (SMRIS) como nova realidade da inserção internacional dos entes subnacionais brasileiros. *Boletim de Economia e Política Internacional*. Set / Dez 2015;(21):71-83.

34. Brasil. [Constituição (1988)]. Título III, Da organização do estado. Capítulo I, Da organização político-administrativa. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF: Senado;1988.
35. Brasil. [Constituição (1988)]. Emenda Constitucional nº80, de 4 de junho de 2014. Altera o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF: Senado;1988.
36. Barbosa R.A diplomacia dos Estados da Federação. In: Marcovitch J, Dallari PBA, organizadores. Relações internacionais de âmbito subnacional: a experiência de estados e municípios no Brasil. [Internet]. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo;2014.[acesso 20 de Dez 2019]. Disponível em: http://143.107.26.205/documentos/e-livro_Relacoes-Internacionais-ambito-subnacional-Marcovitch-Dallari_1.pdf.
37. Tavares R.As relações internacionais do estado de São Paulo. In: Marcovitch J, Dallari PBA, organizadores. Relações internacionais de âmbito subnacional: a experiência de estados e municípios no Brasil. [Internet]. São Paulo: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo;2014.[acesso 20 de Dez 2019]. Disponível em: http://143.107.26.205/documentos/e-livro_Relacoes-Internacionais-ambito-subnacional-Marcovitch-Dallari_1.pdf.
38. Santos MR. A evolução da institucionalização do fenômeno da paradiplomacia no Brasil (1995-2010). Fronteira-Belo Horizonte. 2º sem.2019;18(36):212–32.
39. Belo Horizonte. Decreto nº 16.679, de 31 de agosto de 2017. Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. **Diário Oficial do Município**: Belo Horizonte,MG: 01 de setembro de 2017.
40. Brasil PF. O Brasil e a insegurança alimentar global : forças sociais e política externa O Brasil e a insegurança alimentar global : forças sociais e política externa [dissertação]. [Brasília]: Universidade de Brasília; 2013. 143 p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13878/1/2013_PilarFigueiredoBrasil.pdf.
41. Fraundorfer M. Fome Zero para o mundo: a difusão global brasileira do programa Fome Zero. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. 2013 Jul-Dez; 2(4):97–122.
42. Inoue CYA, Coelho NBR. When hunger meets diplomacy: food security in Brazilian foreign policy. Meridiano 47 Journal of Global Studies. 2018;(19):711–29.
43. Rocha C. Urban food security policy: the case of Belo Horizonte, Brazil. Journal for the Study of Food and Society.2001 Summer;5(1):36–47.
44. Rocha C, Lessa I. Urban governance for food security: the alternative food system in Belo Horizonte, Brazil. International Planning Studies. 2009 Nov;14(4):389–400.

45. Coutinho MN, Costa HSM. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias Artigos Científicos*. 2011 Jul-Dez;07(2):81–97.
46. Issa RC, Moraes LF, Francisco RRJ, Santos LC, Anjos AFV, Pereira SCL. Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. *Rev Panam Salud Publica*. 2014;35(2):96–103.
47. Sá-Silva JR, Almeida CD, Guindani JF. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Rev Bras História Ciências Sociais*. 2009 Jul;1(1):1–15.
48. Karageorgiadis EV. Fases, contextos e interesses do Programa Leve Leite [1995-] à luz do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional [dissertação]. [São Paulo]:Universidade de São Paulo; 2019. 317p. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-27082019-103846/publico/EkaterineValenteKarageorgiadis_MTR_O.pdf .
49. Gil AC. Utilização de dados disponíveis. In: Gil AC, organizador. *Métodos e técnica de pesquisa social*. 7 ed. São Paulo: Atlas; 2019. p. 163–74.
50. Minayo MC. O desafio da pesquisa social. In: Deslandes SF, organizador. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; 2015. p. 9–30.
51. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE - cidades @ [Internet]. [acesso 28 de Jan 2020]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>.
52. United Nations. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. *The world's cities in 2018*. [Internet]. 2019. [Acesso em 12 de Jan de 2020]. Disponível em: https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf.
53. Jennings S, Cottee J, Curtis T, Miller S. Food in an urbanized world: the role of city region food systems in resilience and sustainable development. *Un Food Agric Organ*. 2015 April;92 p.
54. Tacoli C. Food (In)security in rapidly urbanising, low-income contexts. *Int J Environ Res Public Health*. 2017 Dez;14:1-8.
55. Nascimento PH. Nascimento! Inventando e produzindo “nascimentos de protagonistas estelares” nas existências e nas práticas educacionais (escolares e/ ou não). In: Jesus DM, Baptista CR, Victor SL, organizadores. *Pesquisa e educação especial: mapeando produções*. [Internet]. Vitória: EDUFES; 2006. [acesso 10 de fevereiro de 2020]. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/776/1/livro%20edufes%20Pesquisa%20e%20Educacao%20Especial%20Mapeando%20producoes.pdf>.
56. Dias R, Matos F. O conceito de política pública. In: *Políticas Públicas: princípios,*

- propósitos e processos. São Paulo: Atlas; 2012. p. 20.
57. Boog MCF. Histórico da educação alimentar e nutricional do Brasil. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso, organizadores. Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2017. p. 56.
 58. Machado NJ. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo: Cortez; 2011. 303p.
 59. Zabala A. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002.
 60. Belo Horizonte. Decreto 16.684, de 31 de agosto de 2017. Dispõe sobre a estrutura orgânica dos órgãos e entidades do Poder Executivo que especifica. **Diário Oficial do Município**: Belo Horizonte, MG: 01 de setembro de 2017.
 61. Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. [Internet]. Belo Horizonte: [acesso de 15 de novembro de 2019]. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/seguranca-alimentar-e-nutricional>.
 62. Cellard A. A análise documental. In: Pooupart J, organizador. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; 2012.
 63. Howlett M, Ramesh M, Perl A. Studying public policy: policy cycles and policy subsystems. Heidemann FG, tradutor. 3 ed. Toronto: Oxford University Elsevier; 2013.
 64. Araújo L, Rodrigues MDL. Modelos de análise das políticas públicas. Sociologia Problemas e Práticas. 2017;83:11–35.
 65. McMillan SL. Subnational foreign policy actors: how and why governors participate in U.S foreign policy. Foreign Policy Anal. 2008;4:227–53.
 66. Bardin L. Análise de Conteúdo. Reto LA, Pinheiro A. tradutor. 70 ed. São Paulo: Almedina; Abril, 2016. p.123-168.
 67. Olsen W. Coletando dados qualitativos. In: Coleta de dados : debates e métodos fundamentais em pesquisa social. Porto Alegre: Penso; 2015. p. 72.
 68. Bassani E. As políticas quantificadoras da educação e as “novas” formas de exclusão: os “inclassificáveis”[tese]. [Vitória]: Universidade Federal do Espírito; 2013. 212p. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2163/1/tese_6721_Tese%20-%20Elizabete%20Bassani.pdf.
 69. Guedin E, Franco MA. Questões de método na construção da pesquisa em educação. 2ed. São Paulo: Cortez; 2008. 176 p.
 70. Leão M. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. [Internet]. Brasília, DF: Abrandh; 2013. 263 p. [acesso em 23

de fevereiro de 2020]. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf.

71. Marangoni G. Anos 1980, década perdida ou ganha? [Internet]. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: [acesso 18 de janeiro de 2020]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23
72. Maluf, RS. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, RJ:Vozes; 2007.
73. Gomes FS. A construção de recomendações em alimentação e nutrição e o diálogo entre os múltiplos saberes.In: Diez-Gasrcia RW C-MA, organizadores. Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2017, p.34-42.
74. Kauchakje S. Gestão pública de serviços sociais. [Internet]. Curitiba: InterSaberes; 2012. [acesso em 20 de Fev 2020]. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6016/pdf/1?code=TgM/o9l+qaEc+8Lzsy5mA3Kz0YUCUWp6waGAutGa9IEuNPbBm/OjlUWuVHTpyzFVyXkKLC9S11bQb9ibt4Xy9w==>
75. Carvalho, MC. Participação social no Brasil hoje. São Paulo: Instituto Polis;1998.
76. Warschauer M, Carvalho YM. O conceito “Interesetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. Saúde e Sociedade. 2014; 23(1):191-203.
77. Burlandy L. Comunidade solidária e os programas de alimentação e nutrição: focalização e parcerias [tese]. [Rio de Janeiro]: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2003. 283p. Disponível em: <https://teses.icict.fiocruz.br/pdf/burlandyld.pdf>.
78. Braga EMF, Azevedo HS. Segurança alimentar e nutricional: os desafios da intersetorialidade. Artigos Inéditos. 2012 Jul/Dez;57–71.
79. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em desenvolvimento Estado, Planejamento e Políticas Públicas. [Internet]. Brasília, DF:Ipea;2009. Capítulo 29, Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias; p. 779-796. [acesso em 20 de Jan 2020]. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3733/1/Livro_Brasil_em_desenvolvimento_2009_v_3.pdf.
80. Nogueira CAG, Forte SHAC. Intersectoral and transversal effects and their impacts on the effectiveness of public policies in Ceara’s municipalities. Rev Adm Pública [Internet]. Jan/Fev 2019 [acesso em 01 de Mar de 2020];53(1):64–83. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v53n1/1982-3134-rap-53-01-64.pdf>.
81. Newmark AJ. An integrated approach to policy transfer and diffusion. Rev Policy Res.

- 2002;19(2):151–78.
82. Dolowitz D, Marsh D. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. *Governance*. 2000;13(1):5–24.
 83. Faria CAP. Políticas públicas e relações internacionais [Internet]. Brasília: Enap; 2018. 104 p. [acesso em 02 de fevereiro de 2020]. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3335/4/Livro_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais.pdf.
 84. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Manual de instruções, diretrizes e procedimentos operacionais para contratação e execução de programas e ações da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [Internet]. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário;2016 [acesso em 01 de Mar de 2020]. 30p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/diretrizes_programaticas_CAIXAMDS.pdf.
 85. Tomazini AG, Leite CKS. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma colizão?. *Curitiba. Rev. Sociol. Polit* [Internet]. Jun 2016 [acesso em 01 de Mar de 2020]; 24(58):13-30. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n58/0104-4478-rsocp-24-58-0013.pdf>.
 86. Pereira MV. Contribuições para entender a experiência estética. *Revista Lusófona de Educação*. 2011;18:111-123.
 87. Deleuze G. Proust e os signos. Piquet AC, Machado R, tradutores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
 88. Filgueiras JH. Telenovela como estratégia de educação alimentar e nutricional para frequentadores de restaurantes populares de Belo Horizonte- MG [dissertação]. [Belo Horizonte-MG].:Universidade Federal de Minas Gerais; 2016. 99p. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ANDO-A9WGN2/1/jullyane_hott_filgueiras.pdf.
 89. Brasil. [Constituição (1988)]. Título I, Dos princípios fundamentais. Art 1º. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado;1988.
 90. Santos FF. Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional: 1999. p.120.
 91. Aristóteles. Ética a Nicômaco. Vallandro L, Bornheim G, tradutores. São Paulo: Nova Cultural; 4ªed, 1991.
 92. Schneider A, Dittrich MG, Dias MAH. O estudo da felicidade relacionada à política pública: uma análise bibliométrica. *Campo Grande. Interações*[Internet]. Fev 2020 [acesso em 05 de Mar de 2020];21(1):67–79. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518->

70122020000100067&script=sci_abstract&tlng=pt.

93. Blanchflower DG, Oswald AJ, Stewart-Brown S. Is psychological well-being linked to the consumption of fruit and vegetables? Springer: Soc Indic Res. Dec 2013;114(3):785–801.
94. Mujcic R, Oswald AJ. Evolution of well-being and happiness after increases in consumption of fruit and vegetables. American Journal of Public Health. 2016 Aug; 106(8):1504–10. Cited in: PubMed; PMID 27400354.
95. Feeny S, McDonald L, Posso A. Are poor people less happy? Findings from Melanesia. World Dev. Dec 2014;64:448–59.
96. Walker B, Holling CS, Carpenter SR, Kinzig A. Resilience, adaptability and transformability in social-ecological systems. Ecology and Society [Internet]. 2004 [acesso em 06 de Mar de 2020]; 9(2):9p. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss2/art5/>.

9 APÊNDICES

APÊNDICE A: Artigo original submetido à Revista Cadernos de Saúde Pública
(Qualis A3)

CONSTRUÇÃO COLETIVA: FORTALEZA DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL REFERÊNCIA NACIONAL

Autores: Liziane Aline Santiago¹, Simone Cardoso Lisboa Pereira¹

¹Departamento de Nutrição, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a política pública de segurança alimentar e nutricional (SAN) em uma unidade subnacional de referência. A análise foi empreendida utilizando a pesquisa documental como fonte de coleta de dados, realizada em arquivos públicos e registros institucionais da prefeitura do município em tela, bem como a técnica de análise de conteúdo temático-categorial, pautando-se no modelo analítico do ciclo de políticas públicas (agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação). As inferências foram realizadas à luz dos princípios norteadores do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e ao arcabouço teórico e histórico da Políticas Públicas de SAN e das teorias da administração pública. Os resultados revelaram a partir da emergência de categorias de análise o pioneirismo e os avanços da política de SAN no município, quais sejam: 1) - “Um olhar para a história: o preâmbulo da política de SAN” e 2) - “Triade da relação Estado-sociedade”. Destaca-se a relevância da influência da participação social, a intersetorialidade e a transversalidade na sua construção e implementação das ações. A análise da construção da política de SAN revela que seu desenvolvimento e sua implementação no município se deram de forma pioneira frente o contexto nacional, possuindo grande longevidade e solidez, sinalizando a força internalizada no papel desempenhado pela participação social.

Palavras-chave: Políticas públicas; segurança alimentar; alimentação coletiva.

ABSTRACT

This study aimed to analyse the public politics of food and nutrition security policy (SAN) in a subnational reference unit. The analysis was made based on the research of public archives and institutional records of the city hall as a source of data collection. Furthermore, an analysis technique of thematic-categorial based on an analytic model of public politics (agenda, formulation, decision making, establishing and evaluation) was applied. The inferences were made in the light of the guiding principles of the Human Right to Adequate Food (HRAF) and the theoretical and historical framework of public policies of SAN and public administration theories. The results revealed from the emerging categories of the analysis and also the pioneering and the advances of SAN policies in the town, which are: 1) “A look at history: The preamble of SAN policy” and 2)- “Triad of State- Society relationship”. The relevance of the

influence of social participation, intersectionality and transversality in its construction and implementation of actions is highlighted. An analysis of the construction of SAN policy reveals that its development and implementation in the city took place in a pioneering way in front of the national context, possessing great longevity and solidity, signalling an internalized force in the role played by social participation.

Keywords: Public policies, food security, collective feeding.

Introdução

As políticas públicas SAN têm como objetivo o desenvolvimento e a convergência de ações que alcancem e impliquem na realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável^{1,2}. Essas ações reverberam em dimensões que influenciam o sistema alimentar e as condições de vida das pessoas, estando elas relacionadas ao *acesso a alimentos de qualidade, em quantidades suficientes sem comprometer outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis*^{1,3}, trazem consigo, também, a relação que o indivíduo e o coletivo têm com os alimentos⁴.

Mundialmente, a preocupação com a segurança alimentar surge no pós-guerra e as definições para as questões da segurança alimentar e cooperação para a redução e erradicação da fome tiveram origens a partir da reunião da Cúpula Mundial da Alimentação da *Food and Agriculture Organization (FAO)*. Como desdobramento, houve a produção da Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação^{5,6}.

No Brasil, as políticas de alimentação e de nutrição passaram e vêm passando por importantes marcos de transformações, influenciado fortemente por movimentos sociais e mobilização de diferentes setores e esferas do governo na construção dessa agenda no cenário nacional, propiciando importantes conquistas, dentre elas tornando a alimentação como um direito social fundamental previsto na Constituição Federal Brasileira, bem como a implantação do sistema de segurança alimentar e nutricional^{1,7}.

Por outro lado, ainda no cenário brasileiro se evidenciam, atualmente, tempos de retrocessos sociais e dismantelamentos dos programas de SAN^{4,8,9}. Trata-se de um cenário preocupante, em que é necessário enfatizar a importância da SAN e interrogar sobre a construção de conteúdos e de significados acerca do tema e, também, sobre a ampliação e o fortalecimento da sua base social de luta e de participação, visto que a SAN é uma política ampla de articulação transversal que transpassa diferentes campos de saberes, sendo portanto preciso o entendimento desse fenômeno social^{4,7}.

Nessa perspectiva, tendo em vista a lacuna existente sobre o entendimento de significações desse processo de construção da política pública de SAN do município de Belo Horizonte no contexto histórico, político e social, ressalta-se a necessidade de estudos aprofundados em políticas municipais por constituírem os locais que surgem com mais rapidez a intervenção da ação do Estado e por possuírem maior proximidade com a comunidade¹⁰. Ademais, permitem a compreensão a partir desse olhar circunscrito nesses fenômenos sociais, dadas as características, alcance e longevidade da política em Belo Horizonte que é referência na área, premiada nacional e internacionalmente.

Pelo exposto, o artigo objetiva analisar a construção da política de SAN em uma unidade subnacional referência, desde a sua institucionalização até os dias atuais, identificando os marcos históricos mais importantes da trajetória da política na metrópole estudada, demonstrando a influência recebida por distintos espaços que contribuíram para a consolidação da política.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, de abordagem qualitativa que utilizou a pesquisa documental como fonte de coleta de dados. Elegeu-se a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) como cenário de investigação, por ser referência nacional e internacional na área. Foram investigadas as políticas públicas de SAN desenvolvidas pela SUSAN, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) do município de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Belo Horizonte possui uma população urbana estimada de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes¹¹, dos quais 4,5% encontram-se abaixo da linha da pobreza e projeções apontam um crescimento populacional de 0,8% até 2030¹².

Atualmente, a SUSAN possui quatro diretorias - Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CRSA) - Mercado da Lagoinha, Diretoria de Fomento à Agricultura Familiar, Urbana e Abastecimento (DFAB), Diretoria de Assistência Alimentar (DASA); Diretoria dos Restaurantes e Refeitórios Populares (DREP)¹³ que juntas compõem o portfólio de coordenação e execução das políticas de SAN no município¹⁴.

Para a coleta dos documentos, partiu-se da premissa da criação da SUSAN no ano de 1993. Apuraram-se informações contidas em documentos escritos no idioma português, de

fontes primárias, sendo, portanto, aqueles documentos que ainda não passaram por nenhum processo analítico, que se encontram na forma como foram produzidos por seus autores¹⁵.

As buscas foram realizadas em arquivos públicos e registros institucionais, pertencentes ao Núcleo de Documentação e Informação em Segurança Alimentar e Nutricional (NDI) e ao Portal da Transparência, totalizando 38 documentos, o que compreende o período de 1993 a 2018. Desse conjunto de documentos, 17 são referentes a relatório de atividades da SUSAN, 8 documentos referem-se ao relatório de prefeitos, 9 a relatório de execução anual das ações governamentais e 4 planos plurianuais.

Foram realizadas leituras exaustivas, repetidas, interrogativas e completa dos documentos, buscando identificar os conteúdos mais relevantes relacionados com o objetivo da pesquisa¹⁵.

Levando se em conta a complexidade temporal do estudo, para a exploração dos documentos, foi empregada a abordagem do ciclo de políticas públicas, um esquema analítico facilitador que permite a visualização e o entendimento do processo multidimensional político^{16,17}. Dessa forma, possibilita analisar o papel interligado de todos os atores envolvidos na construção da política¹⁶. O modelo utilizado foi proposto por Howlett e Ramesh¹⁶, que apresenta cinco estágios de análises: montagem da agenda, formulação, tomada de decisão política, implementação e avaliação de políticas.

Os procedimentos de análise seguiram os critérios da análise de conteúdo, de acordo com a seguinte ordenação: organização do material coletado - (pré-análise) e exploração do material, codificação, categorização e inferências¹⁸. As inferências foram realizadas à luz dos princípios norteadores do Direito Humano à Alimentação Adequada ao arcabouço teórico e histórico das políticas públicas de SAN e das teorias da administração pública.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, conforme o parecer 3.257.821 / CAAE: 73522117.0.0000.5149. Além disso, por se tratar de uma pesquisa documental, para a qual se utilizaram registros institucionais, foi solicitado autorização dos órgãos responsáveis pelo setor mediante a assinatura do Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD).

Resultados e Discussão

Após leitura completa dos documentos de maneira exaustiva e repetida, seguiu-se a exploração do material atentando-se para as categorias emergentes nos documentos analisados

dentro do modelo do ciclo de políticas públicas, assim emergiram-se as categorias: 1) - “Um olhar para a história: o preâmbulo da política de SAN e 2) – “A tríade da relação Estado-sociedade”.

Nessas categorias, emergem pontos históricos de construção da política de SAN que mais se destacaram, estando eles presentes no estágio de formulação e implementação da política. Nesse modelo, a formulação e a implementação permitem a compreensão do significado dos atores, estruturas e ideias, bem como o curso efetivo dado a política. As passagens aqui trazidas revelam a força da política e o pioneirismo das ações implementadas.

Destaca-se que o período analisado correspondente a 26 anos de execução da política, momento esse marcado por remodelamentos político-partidários e administrativos, entretanto observa-se a longevidade e a manutenção da política ao longo dos anos.

Um olhar para a história: o preâmbulo da política de SAN

Apreendeu-se, a partir da exploração dos documentos, o destaque que as políticas públicas de SAN, do município de Belo Horizonte, conquistaram no decorrer do período. Esse cenário é evidenciado a partir da multidimensionalidade dos aspectos relacionados à SAN, em que emergem no contexto da implementação de práticas inovadoras e de sucesso que antecedem os principais marcos nacionais nesse campo e apontam para uma política sustentável e resiliente, sofrendo remodelação ao longo dos anos, mas sem perder a sua essência.

A institucionalização da SUSAN em Belo Horizonte ocorreu em 1993, um avanço importante para a época no campo das políticas públicas de alimentação e nutrição desenvolvida no município, relacionada à garantia do DHAA e a promoção da SAN, antecedendo os principais marcos legais e regulatórios da política de SAN no Brasil.

Nos trechos abaixo, vincula-se o destaque no entendimento de segurança alimentar e direito à alimentação, praticados no município nos anos de 1990, como estratégia adotada de combate à fome e à desnutrição:

“Garantir o planejamento, coordenação e execução da política de abastecimento e segurança alimentar, baseando-se conceitualmente na promoção do direito universal à alimentação”. (Relatório de Atividades/1993-1996).

“A SMAB entende que o direito à alimentação está inserido em um contexto de ampliação da cidadania, sendo deste modo dever do setor público garantir a segurança alimentar e trabalhar no sentido de estender a condição de cidadania alimentar a maior parcela da população”. (Relatório de Prefeitos/1996).

Em ambos os trechos se destacam o reconhecimento da obrigação que deve ser exercida pelo estado na garantia do direito universal à alimentação, trazendo em sua concepção de maneira ampliada para além da garantia do abastecimento, a noção de segurança alimentar e valores ligados à dignidade humana e à justiça social.

O entendimento e conceito de segurança alimentar no cenário internacional vem sendo discutido e construído desde a Primeira Guerra Mundial, estando inicialmente relacionada com a produção e abastecimento de alimentos. Após a Segunda Guerra Mundial, as discussões internacionais sobre o tema ganham força e, com a criação dos organismos internacionais em 1945, já se observa a importância dada ao acesso a alimento de qualidade como um direito humano¹⁹. O fim da década de 1980 e início da década 1990 caracteriza-se pela ampliação do conceito de segurança alimentar incorporando a noção nutricional e consolida-se à reafirmação do DHAA e à promoção da SAN para a garantia desse direito¹⁹.

No Brasil, os anos de 1980 e de 1990 foram marcados por uma profunda crise econômica, pelo fim da ditadura militar (1964-1985) e início da redemocratização²⁰. Ocorreram nessas décadas a consolidação do conceito de SAN no país, fortemente influenciadas pelas organizações sociais, sendo protagonistas no histórico das lutas e das conquistas sociais em torno do tema de combate à fome no cenário político nacional²¹. À época, estimava-se que, aproximadamente, 30 milhões de pessoas em alguma medida sofria o risco da fome e a insegurança alimentar no país²¹.

O enfoque contemporâneo da SAN no âmbito nacional aponta para duas referências iniciais fundamentais “Segurança Alimentar – Proposta de uma Política Contra a Fome” pelo Ministério da Agricultura (MA), em 1985, e a realização da I Conferência Nacional de Alimentação, em 1986, desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). Em consonância com as principais discussões internacionais sobre o tema, durante a CNS foi agregado o aspecto nutricional ao conceito de segurança alimentar, além disso, foi proposta a criação do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição, assim como já evidenciado nos documentos elaborados pelo MA, que também já apresentavam diretrizes para formular uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que foi oficialmente adotada em 1999²².

As iniciativas de promoção da SAN no Brasil surgem em 1995 com a criação da Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG)²³, que reconhece a promoção da segurança alimentar como uma responsabilidade social do agronegócio com enfoque econômico. Em 1996, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)²⁴ assinala para a promoção da SAN em diferentes espaços e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança

Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 1998, promove a mobilização e formulação sobre o tema em um contexto que não fosse o econômico²³.

O direcionamento das ações tem como base o conceito de segurança alimentar que coloca em evidência uma perspectiva ampla e avançada sobre o tema, muito relacionada às discussões internacionais sobre a SAN, condicionada a fatores ligados não só à produção, mas também à qualidade e à sustentabilidade econômica, social e ambiental, conforme pode ser observado no trecho a seguir.

“A Política de Abastecimento é norteada pelo conceito de segurança alimentar que pressupõe alimentação quantitativamente e qualitativamente adequada para toda a população, em todas as fases da vida. Para garantir este objetivo, os diversos programas desenvolvidos pela SMAB combinam ações de caráter emergencial, garantia de acesso aos alimentos sem comprometer parcela substancial da renda, garantia de disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas sustentáveis e ainda a divulgação aos consumidores sobre práticas alimentares saudáveis e adequadas e ainda sobre o comportamento de preços dos produtos alimentares que compõem sua dieta básica”. (Relatório de Prefeito/1997).

É importante ressaltar que a construção da política de SAN foi um momento marcado por lutas sociais, avanços e retrocessos ao longo da história. No ano de 2003, as discussões sobre a SAN entram na centralidade da agenda política do país em 2003, com a criação do Programa Fome Zero (PFZ), momento marcado por fatos importantes: aprovação da LOSAN em 2006, com o objetivo de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável e, em 2010, com o reconhecimento constitucional da alimentação como um direito social²².

Destaca-se, nesse contexto, conforme apresentado no trecho abaixo que, com a instauração da SAN na agenda política nacional, novas perspectivas são dadas à política municipal:

“Outra ação importante, em 2003, foi a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comusan-BH). A função dele é discutir e avaliar os programas já existentes na área e Segurança Alimentar e Abastecimento da Prefeitura e contribuir também para o Programa Fome Zero, do Governo Federal”. (Relatório de prefeitos/2003).

“Partindo do conceito da SAN, a Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento atua em consonância com o Governo Federal - Programa Fome Zero. Para alcançar a 1ª Meta do Milênio e as Orientações da Organização Mundial de Saúde, por meio da Estratégia Global para a Alimentação, Atividade Física e Saúde [...]”. (Relatório de prefeito /2005).

“Tendo como diretriz a apropriação, em nível local, da política nacional de segurança alimentar e nutricional [...]”. (Relatório de prestação de contas da SUSAN/ 2007).

“[...] Nesta diretriz (DHAA), o município de Belo Horizonte articula e implementa programas, projetos e ações de SAN - Segurança Alimentar e Nutricional [...]”. (Relatório de prestação de contas da SUSAN/ 2010).

No caso do segundo trecho, nota-se que esse movimento de aperfeiçoamento demonstra avanços convergindo para as dimensões nacionais de SAN e globais de mudanças alimentares e de atividade física. A Estratégia Global para Alimentação, Atividade Física e Saúde é a concretização ou formalização da preocupação com os problemas de saúde relacionados com comportamentos inadequados. Os governos estabeleceram estratégias em suas agendas, buscando meios necessários para promoção de hábitos alimentares saudáveis e a prática de atividade física²⁵.

As passagens abaixo demonstram as novas perspectivas dadas da política de SAN que, após o ano de 2015, é orientada a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

“Para nos auxiliar no desenho das políticas públicas implementadas ou em processo de aperfeiçoamento, utilizamos os indicadores estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU)”. (Relatório de prestação de contas da SUSAN/2017).

“Orientam as ações da política pública municipal de proteção social, segurança alimentar e esportes diversas metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial os ODS 1, 2, 5, 10 e 16”. (Relatório de Prestação de contas da SUSAN/2017).

É importante ressaltar que essas metas estão relacionadas com acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Os ODS resultam da Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, ocorrida em 2015, é uma agenda universal construída sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. É um plano de ação para pessoas, o planeta e a prosperidade, que a partir de 17 objetivos e 169 metas busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. A erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito imprescindível para o desenvolvimento sustentável²⁶.

No caso dos trechos apresentados e diante desses marcos históricos importantes, pode-se inferir que há uma lógica de gestão e de articulação na relação teoria-prática das ações de trabalho exercidas pelo município que chamam a atenção, pela sua longevidade e por reconhecer DHAA e a promoção da SAN, tornando-os reais na vida das pessoas, por possuir uma visão abrangente e integrada sobre o tema que transcendem os enfoques da época. Essa visão extemporânea reverbera em avanços a partir dos novos prismas dados às ações, trazendo aprimoramento à luz dos conhecimentos atuais e das principais discussões internacionais sobre o enfrentamento da fome e da pobreza do mundo contemporâneo.

A tríade da relação Estado-sociedade

Os trechos trazidos nessa categoria revelam a construção e a implementação da política sob a influência da relação Estado-sociedade relacionadas à participação social, à intersectorialidade e a transversalidade da política de SAN. Essas dimensões caracterizam a força internalizada da política de SAN, traduzindo-se como um amplo espaço de discussão e de articulação da política, contribuindo para a solidez, para integração e para inclusão social, apontando-os como pilares fundamentais e importantes da construção e longevidade da política, que convergem em resultados consistentes e duradouros, para a solução de problemas com elevado grau de complexidade, a fome.

A participação social significa “fazer parte de uma sociedade”, ou seja:

Usufruir dos bens e dos recursos sociais, direcionar os rumos dessa sociedade ou participar da riqueza social e cultural e do acesso aos recursos além de participar da gestão pública e da política. [...] está vinculado à atuação das organizações e dos movimentos sociais que têm reivindicações e atividades ligadas às carências, à justiça social, aos direitos, à elaboração de políticas e até às alternativas de sociedade, ou seja, que visam a transformações sociais²⁷.

A gestão participativa da política de SAN ocorre em locais de debate, deliberação e controle com diferentes formatos e espaços, que se institucionalizam com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Espaço de Agricultura Urbana (EAU), com a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e por meio da realização de Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (CMSAN).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar as diferentes características da participação social desenvolvida no município (Quadro 1) que estão presentes na estrutura da política, desde a sua concepção aos dias atuais.

Quadro 1 – Descrição dos espaços de participação social da política de SAN do município de Belo Horizonte, MG, Brasil

Espaços de Participação Social	Características dos Espaços de Participação Social
Conselho de Alimentação Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Atribuição: órgão colegiado que tem como principal função a garantia de uma alimentação saudável e adequada aos alunos das escolas públicas municipais de Belo Horizonte. - Composição: 07 membros titulares e 07 membros suplentes. Sendo: 06 representantes da sociedade civil organizada, de pais de alunos, dos trabalhadores da educação, dos professores e de 01 representante do Poder Executivo. - Função: caráter deliberativo, fiscalizador e de assessoramento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Belo Horizonte. Fiscaliza a aplicação de recursos, tem a responsabilidade de zelar pela qualidade dos produtos alimentares, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene. - Atividades realizadas: Reuniões ordinárias mensais, visitas às escolas da rede Municipal de Belo Horizonte e capacitação continuada.
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	<ul style="list-style-type: none"> - Atribuição: órgão colegiado que tem como objetivo assegurar o direito constitucional de cada pessoa humana à alimentação adequada e saudável e à segurança alimentar e nutricional no Município. - Composição: 24 membros titulares e 24 membros suplentes. Sendo: 16 representantes da sociedade civil e 08 representantes governamentais. - Função: caráter deliberativo, no âmbito de sua competência, sendo consultivo nos demais casos. Trabalha no desenvolvimento de políticas locais, a serem implementadas a partir de iniciativas e parcerias da municipalidade com a sociedade civil, das instâncias estaduais e federal para criar um plano de gestão integrada em segurança alimentar e nutricional - SAN, investir na formação de gestores e agentes sociais, propor ações voltadas à estruturação e à integração dos sistemas públicos agroalimentares, dar apoio ao abastecimento e à logística de distribuição de alimentos, incentivar

	<p>as boas práticas de alimentação e nutrição e investir em educação alimentar.</p> <p>- Atividades realizadas: reuniões ordinárias mensais e capacitação continuada dos conselheiros.</p>
<p>Espaço de Agricultura Urbana</p>	<p>- Atribuição: espaço de articulação não institucionalizado. É um local de livre participação dos interessados em discutir e em implementar ações de Agricultura Urbana e Segurança Alimentar.</p> <p>- Função: por meio de um trabalho em rede, busca promover o intercâmbio de experiências da sociedade civil e do governo.</p>
<p>Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional</p>	<p>- Função: fortalecer a participação popular na gestão do município de Belo Horizonte.</p> <p>- Conferências realizadas: 2011: I Conferência - tema: “Alimentação Saudável. Adequada e Solidária: Direito Humano Básico”.</p> <p>2015: III Conferência - tema: “Comida de Verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”.</p> <p>2019: IV Conferência - tema: “A história que combate a fome alimenta a nossa coragem: pensar os avanços da Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte”.</p>
<p>Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional</p>	<p>-Função: promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal.</p> <p>-Atribuição: elaborar, a partir das diretrizes emanadas do COMUSAN, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar do Município de Belo Horizonte.</p>

Fonte: Relatório de Prestação de Contas SUSAN. Elaborada pela autora.

Outra forma de participação social está inserida na execução da política de SAN, a partir de parcerias entre gestores públicos e a iniciativa privada:

“[...] a participação popular se faz presente através das parcerias estabelecidas com o setor privado (pequenos e microempresários, produtores rurais) para operacionalização e discussão dos programas, especialmente através de reuniões regulares com os técnicos da SMAB. Além disso, através das Associações de Moradores, as reivindicações dos usuários dos diversos programas são repassadas a SMAB (Relatório de Atividades 1997 a 2000)”.

Nesse sentido, a participação social constitui-se como um conjunto de diferentes espaços e representações que criam interconexões, privilegiando a construção coletiva e democrática entre os gestores e a sociedade civil²⁸.

A participação social é parte essencial na gestão pública por ser um instrumento capaz de promover equidade e a melhoria da qualidade vida da sociedade, por tornar a política mais responsável com as demandas e preocupações da sociedade civil e por conferir à política mais eficiência, maior sustentabilidade política e legitimação dos programas executados¹⁰.

Em função disso, evidencia-se a importância dada para o fortalecimento da cidadania ativa, representada por diferentes espaços dentro da estrutura da política de SAN, no município, o que permite considerá-la como sendo o pilar da construção e sustentação da política.

Outro aspecto importante sinalizado nos documentos se refere à intersectorialidade que se dá com o envolvimento de diversos órgãos e setores na formulação e implementação da política de SAN como: Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (BELOTUR), Secretaria Municipal de Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Assistência Social e Meio Ambiente, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Sebrae, ONGs nacionais e internacionais, associações de produtores rurais da região metropolitana e do interior do estado, universidades e setores da iniciativa privada.

A intersectorialidade é a articulação entre sujeitos de diversos setores, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos²⁹ e se concretiza quando setores pactuam um projeto integrado e formulam intervenções que transcendem os programas setoriais³⁰. A intersectorialidade relaciona-se à necessidade de tornar as políticas públicas mais efetivas e com resultados mais sustentáveis socialmente³¹.

Experiências relacionadas à gestão transversal também foram apuradas nos documentos, estando associados na formulação da política que se dá por meio da articulação intersectorial, conforme discutido anteriormente e na implementação dos programas e ações. A transversalidade de uma política envolve um desafio de estabelecer redes entre gestores e órgãos públicos, pressupõe atuação intersectorial, criação de diálogos horizontais e tomada de decisão com articulação de diversos setores governamentais e com a sociedade civil, em que conhecimentos, recursos e técnicos acumuladas em cada espaço institucional possam atuar em sinergia³².

As características da transversalidade da política de SAN podem ser evidenciadas nos seus eixos de atuação que atuam sinergicamente na produção, comercialização e consumo de alimentos (Quadro 2), e se materializam em programas, projetos e ações (Gráfico 1) presentes em diversos espaços sociais no município.

Quadro 2 - Descrição dos eixos de atuação da política de SAN no município de Belo Horizonte, MG, Brasil

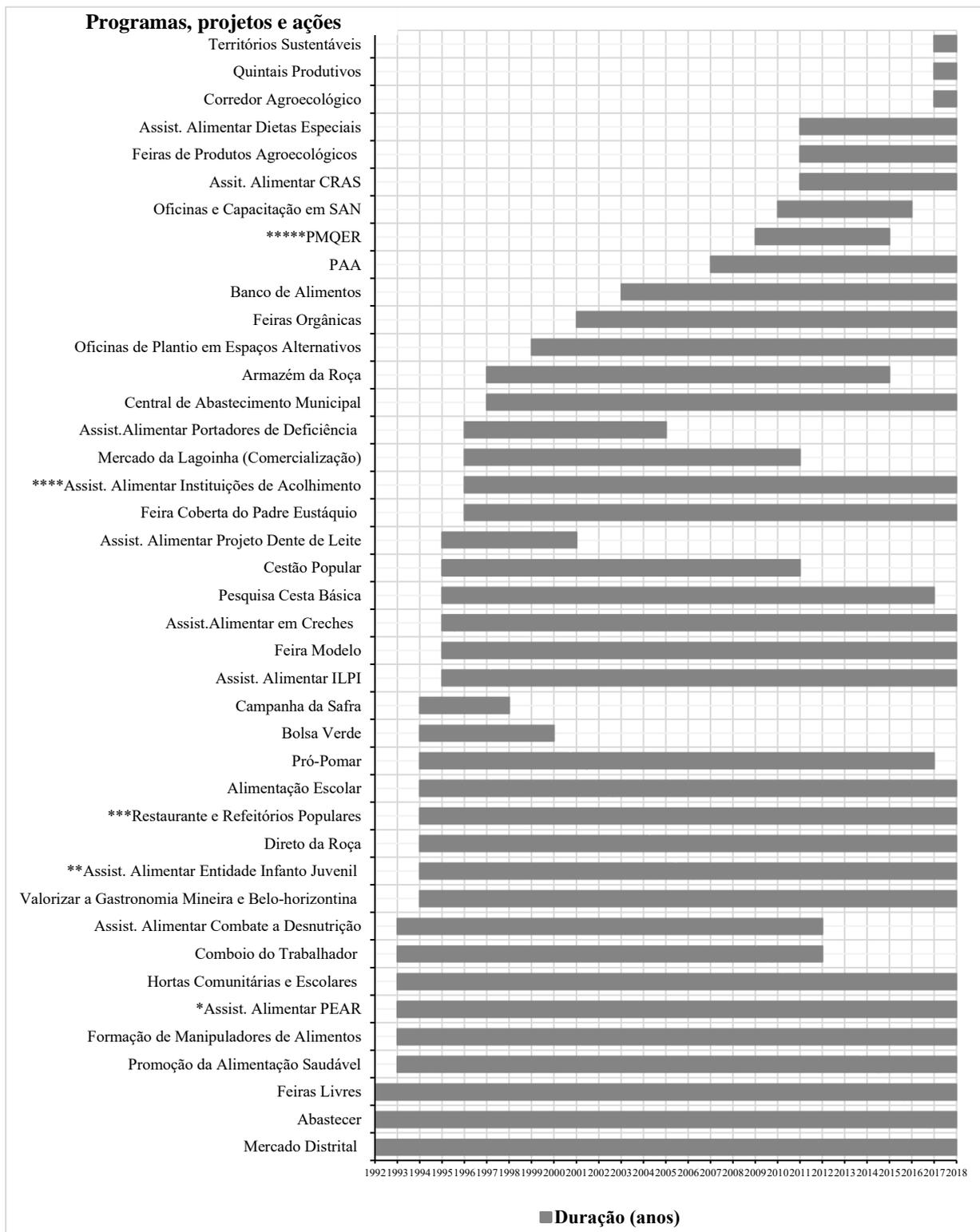
Eixos de Atuação	Características dos eixos de atuação
------------------	--------------------------------------

Fomento à Agricultura Urbana	- Objetivo: promover e ampliar a produção agroalimentar urbana, por meio da implementação de projetos participativos de produção de alimentos e de insumos agrícolas em bases agroecológicas sustentáveis.
Comercialização subsidiada	-Objetivos: promover o acesso da população a uma alimentação saudável, de baixo custo e na quantidade adequada. Sua ação é pautada na comercialização subsidiada de refeições. O programa vem cumprindo suas metas propiciando benefícios nutricionais e financeiros a um número cada vez maior de pessoas. Mediante oferta de refeições, esse programa consegue: - Criar a perspectiva de inclusão daqueles que não teriam como se alimentar por não disporem de renda suficiente para tanto; - Possibilitar a melhoria na distribuição dos gastos do orçamento familiar, uma vez que o custo da alimentação passa a ter um peso menor; - Exerce uma pressão, para baixo, nos preços dos restaurantes privados, no entorno dos restaurantes populares, o que resulta em benefícios aos usuários.
Assistência Alimentar e Nutricional	- Objetivos: promover o acesso regular e permanente à alimentação saudável a todos os alunos matriculados na rede pública municipal e conveniada, além de crianças, adultos, idosos e moradores em situação de rua atendidos nos abrigos, albergues e outras instituições conveniadas com o município. Para alcançar seus objetivos, a SUSAN fornece gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para as unidades municipais e conveniadas para produção das refeições, conforme os cardápios planejados pela equipe de nutrição, além de realizar ações de formação dos manipuladores de alimentos, orientação nutricional e supervisão alimentar.
Abastecimento e Regulação do Mercado de Alimentos	-Objetivos: visa garantir e ampliar a toda a população o acesso à alimentação e gêneros de primeira necessidade (higiene e limpeza), em condições apropriadas em termos de quantidade, preço e qualidade, por meio do apoio à abertura de canais de comercialização direta e de parceria com a iniciativa privada para a venda de alimentos a baixo custo. Por meio dessa rede e da divulgação periódica de pesquisa com os preços da cesta básica, esse programa tenta contribuir para a regulação do mercado de alimentos no município.
Mobilização e consumo alimentar	-Objetivos: promover a mobilização da população para a adoção de práticas alimentares saudáveis, especialmente em escolas municipais, instituições da rede conveniada, restaurantes populares, CRAS e grupos de convivência de idosos, a partir de uma abordagem dialógica e estratégias fundamentadas na ideia de

	<p>construção coletiva do conhecimento. São realizadas oficinas de educação alimentar, teatro educativo, formação dos manipuladores de alimentos da rede pública municipal e conveniada, publicação de cartilhas, livros, folhetos, cartazes, etc. Essas ações, aliadas à promoção de estilos de vida saudáveis, constituem-se como uma estratégia de vital importância para o enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais no contexto atual.</p>
<p>Geração de Emprego e Renda, Qualificação Profissional na área da Gastronomia</p>	<p>-Objetivos: possibilitar e iniciar a qualificação profissional na área da gastronomia, às pessoas que precisam e queiram melhorar suas oportunidades de inclusão produtiva. Trilha Gastronômica Mineira e Belo-horizontina; Trilha Panificação, Trilha Confeitaria e Trilha de empreendedorismo.</p>
<p>Gestão da Política SAN</p>	<p>- Objetivos: participação sociedade civil representada por meio do COMUSAN, CAE, EAU e CMSAN.</p>
<p>Documentação e Difusão da SAN Sustentável</p>	<p>- Objetivos: disponibilizar a população em geral, bem como a instituições de ensino e pesquisa, informações institucionais e técnicas sobre temas relacionados ao Abastecimento Alimentar e à Segurança Alimentar e Nutricional, bem como organizar e preservar a memória institucional da SUSAN.</p>

Fonte: Elaborado pela autora. Relatório de Prestação de Contas 2017 SUSAN

Gráfico 1: Histórico de projetos, programas e ações de SAN implementados e executados no período de 1993-2018



Fonte: Elaborado pela autora

A política de SAN se constitui com ações focalizadas e universais para o enfrentamento de um problema complexo que nunca deixou de ser a centralidade da agenda do

município, embora tenha ganhado outras dimensões de enfrentamento, ainda sim, persiste como um problema social que merece atenção, a fome. Nesse sentido, a transversalidade se efetiva pelo compartilhamento em rede e produz forças, aumentando o poder de agir coletivamente, voltados para o enfrentamento de problemas que emergem no cotidiano do trabalho³³.

Pensar a transversalidade e a intersetorialidade dentro da ótica da política de SAN do município de Belo Horizonte é em outras palavras ir além dos limites da fome e da garantia da alimentação como direito humano, é perceber a relevância dada à abordagem sobre o tema de maneira integrada que engloba a participação, o diálogo e a construção compartilhada com diferentes setores, promovendo a convergência em ações inovadoras.

A implementação de ações de SAN, coloca em prática o direito humano, pois se semeou uma ideia ousada e douradora que, como se pode perceber no gráfico, as políticas implementadas possuem grande sustentabilidade e em sua grande maioria são executadas desde a institucionalização da secretaria até os dias atuais, sem perder essencialmente suas características.

Conclusão

A análise empreendida junto aos documentos que compuseram o *corpus* de análise, revelou que a política de SAN, desenvolvida no município, possui grande longevidade e solidez, que se deu a partir do amadurecimento e consolidação institucional de forma pioneira no país dentro dos enfoques da época, foi uma ideia ousada e inovadora, que se tornou real com a implementação de programas e ações de SAN que beneficiam diferentes públicos dentro da sociedade. A trajetória institucional, construída e implementada da política pública de SAN no município, contou com a força internalizada no papel desempenhado pela participação social, tornando-a fortalecida enquanto política de SAN e de garantia de direito humano à alimentação, conferindo um longo *know-how* na área.

É possível ainda constatar, a partir de todo processo analisado, que a política de SAN converge para uma política resiliente, por ter adaptado e aprimorado suas ações diante dos enfoques e contexto socioeconômico do período analisado até os dias atuais. Portanto, mantém-se como não sendo uma política transitória, de caráter assistencialista, ocupando lugar importante na agenda política e assumindo funções e posições de destaque no município.

Referências Bibliográficas

1. Vasconcellos ABPA, Moura LBA. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. *Cad. Saúde Pública*. Mar 2018;34(2):1-13.
2. Burity V, Franceschini T, Recine FVE, Leão M, Carvalho MF. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. [Internet]. Brasília, DF: Abrandh. 2010. 204 p. [Acesso em 23 de Jan de 2020]. Disponível em: https://www.redsancplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf.
3. Brasil. [Lei Orgânica]. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, 18 set. 2006.p1.
4. Aliaga MA, Santos SMC, Trad LAB. Segurança alimentar e nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. Jan 2020;36(1): e00169218.
5. Leão M. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. [Internet]. Brasília, DF: Abrandh; 2013. 263 p. [acesso em 23 de fevereiro de 2020]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf.
6. Costa JAF, Sola F, Saltorato P. Segurança alimentar: reflexões sobre a posição brasileira e seus potenciais políticos e jurídicos. *Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior*. Jan/Jun.2017;8(1):227-256.
7. Silva MZT. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. *Revista de Sociologia e Configurações*. [Internet]. Jun 2020 [acesso em 20 Jun de 2020]. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/8626>.
8. Alves KPS, Jaime PC. A política nacional de alimentação e nutrição e seu diálogo com a política nacional de segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2014;19(11):4331-4340.
9. Santarelli, M, Burity V, Brasília e Silva LN, Prates L, Rizzolo A, Rocha CN, et al. Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil. [Internet]. Brasília, DF: Fian Brasil, 2017. 75p.
10. Dias R, Matos F. O conceito de política pública. In: *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas; 2012. p. 20.
11. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE - cidades @ [Internet]. [acesso 28

- de Jan 2020]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>.
12. United Nations. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. The world's cities in 2018.[Internet].2019.[Acesso em 12 de Jan de 2020]. Disponível em: https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf.
 13. Belo Horizonte. Decreto 16.684, de 31 de agosto de 2017. Dispõe sobre a estrutura orgânica dos órgãos e entidades do Poder Executivo que especifica. **Diário Oficial do Município**: Belo Horizonte, MG: 01 de setembro de 2017.
 14. Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. [Internet]. Belo Horizonte: [acesso de 15 de novembro de 2019]. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/seguranca-alimentar-e-nutricional>.
 15. Gil AC. Utilização de dados disponíveis. In: Gil AC, organizador. Métodos e técnica de pesquisa social. 7 ed. São Paulo: Atlas; 2019. p. 163–74.
 16. Howlett M, Ramesh M, Perl A. Studying public policy: policy cycles and policy subsystems. Heidemann FG, tradutor. 3 ed. Toronto: Oxford University Elsevier; 2013.
 17. Araújo L, Rodrigues MDL. Modelos de análise das políticas públicas. Sociologia Problemas e Práticas. 2017;83:11–35.
 18. Bardin L. Análise de Conteúdo. Reto LA, Pinheiro A. tradutor.70 ed. São Paulo: Almedina; Abril, 2016. p.123-168.
 19. Leão M. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. [Internet]. Brasília, DF: Abrandh; 2013. 263 p. [acesso em 23 de fevereiro de 2020]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf.
 20. Marangoni G. Anos 1980, década perdida ou ganha? [Internet]. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: [acesso 18 de janeiro de 2020]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23.
 21. Silva SP. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea 2014; 82 p.
 22. Cervato-Mancuso AMC, Vieira VLCC. Alimentação como um Direito Humano e as Políticas Sociais Atuais. In: Diez-Garcia RW C-MA, organizadores. Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara

- Koogan; 2017p.79-88.
23. Maluf, RS. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, RJ:Vozes; 2007.
 24. Batista MF. Da fome à segurança alimentar: retrospecto e visão prospectiva. [editorial]. Cadernos de Saúde Pública. Jul/Ago 2003; 19(4):872–3.
 25. Gomes FS. A construção de recomendações em alimentação e nutrição e o diálogo entre os múltiplos saberes.In: Diez-Gascia RW C-MA, organizadores. Mudanças Alimentares e Educação Alimentar e Nutricional. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2017, p.34-42.
 26. Organização das Nações Unidas Brasil. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. [Internet]. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). [Atualizado em 13 de outubro de 2015; acesso em 25 de jan de 2020]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.
 27. Kauchakje S. Gestão pública de serviços sociais. [Internet]. Curitiba: InterSaberes; 2012. [acesso em 20 de Fev 2020]. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6016/pdf/1?code=TgM/o9l+qaEc+8Lzsy5mA3Kz0YUCUWp6waGAutGa9IEuNPbBm/OjlUWuVHTpyzFVyXkKlc9S11bQb9ibt4Xy9w==>.
 28. Carvalho, MC. Participação social no Brasil hoje. São Paulo: Instituto Polis;1998.
 29. Warschauer M, Carvalho YM. O conceito “Interesetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. Saúde e Sociedade. 2014; 23(1):191-203.
 30. Burlandy L. Comunidade solidária e os programas de alimentação e nutrição: focalização e parcerias [tese]. [Rio de Janeiro]: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2003. 283p. Disponível em: <https://teses.icict.fiocruz.br/pdf/burlandyld.pdf>.
 31. Braga EMF, Azevedo HS. Segurança alimentar e nutricional: os desafios da interesetorialidade. Artigos Inéditos. 2012 Jul/Dez;57–71.
 32. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em desenvolvimento Estado, Planejamento e Políticas Públicas. [Internet]. Brasília, DF:Ipea;2009. Capítulo 29, Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias; p. 779-796. [acesso em 20 de Jan 2020]. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3733/1/Livro_Brasil_em_desenvolvimento_2009_v_3.pdf.
 33. Nogueira CAG, Forte SHAC. Intersectoral and transversal effects and their impacts on the effectiveness of public policies in Ceara’s municipalities. Rev Adm Pública [Internet]. Jan/Fev 2019 [acesso em 01 de Mar de 2020];53(1):64–83. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v53n1/1982-3134-rap-53-01-64.pdf>.

APÊNDICE B: Roteiro da Pesquisa Documental

Missões Internacionais – do território para o sistema internacional

Objetivo do Evento	País do Evento	Tipo de Evento	Descrição do Evento	Motivo de ida ao evento

APÊNDICE C: Roteiro da Pesquisa Documental

Missões Internacionais – do sistema internacional para o território

Objetivo da visita	Origem visitantes	Caracterização do grupo	Tema de interesse	Motivo da escolha	Resultados da visita	Avaliação da visita

APÊNDICE D: Roteiro da Pesquisa Documental

Premiações Internacionais

Reconhecido por Quem	Tipo de Reconhecimento	Objetivo da Premiação	O que Foi Reconhecido

APÊNDICE E: Roteiro da Pesquisa Documental

Ações de Internacionalização

Tipo de Acordo	Órgãos Envolvidos	Objetivo da Cooperação	Área de Cooperação	Procedimento de Cooperação

APÊNDICE F: Roteiro da Pesquisa Documental

Ciclo de Políticas Públicas

Montagem da Agenda	Formulação Política	Implementação Política	Tomada de Decisão Política	Avaliação Política

APÊNDICE G: Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)



Universidade Federal de Minas Gerais Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde

Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

Instruções de preenchimento

- Obrigatório para pesquisa que utilizam e coletam informações em banco de dados de instituições, prontuários médicos ou odontológicos, excetuando os bancos de dados de acesso público (exemplo: dados agregados e dados disponíveis pela Lei de acesso à informação).
- Adapte o modelo conforme as particularidades de seu projeto, substituindo as partes em vermelho.
- Todos os pesquisadores que terão acesso aos documentos do arquivo deverão informar o seu nome e seu registro de identidade (R.G.) e assinar este termo. Será vedado o acesso aos documentos a pessoas cujo nome e assinatura não constarem no documento.
- A anuência, ou modelo de carta de anuência, de acesso aos bancos de dados deve ser apresentada na submissão à Plataforma Brasil. As assinaturas dos responsáveis dos bancos de dados devem ser obrigatoriamente apresentadas na coleta de dados.
- As páginas devem ser enumeradas e uma via deste termo deve ser entregue à Instituição e outra ficar de posse do pesquisador responsável.
- Esta folha de instruções deve ser removida da versão que será postada na Plataforma Brasil, permanecendo apenas o modelo do documento abaixo.

Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

1. Identificação dos membros do grupo de pesquisa

Nome completo	RG	Assinatura

2. Identificação da pesquisa

a) Título do Projeto:

Internacionalização das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em Belo Horizonte.

b) Departamento/Faculdade/Curso:

Nutrição/ Escola de Enfermagem/ Pós-graduação em Nutrição e Saúde.

c) Pesquisador Responsável:

Simone Cardoso Lisboa Pereira

3. Descrição dos Dados

Os dados serão coletados somente após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP-UFMG). Sendo eles, documentos dos bancos de dados internos que não públicos da Diretoria de Relações Internacionais e da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para o projeto vinculado. Para dúvidas de aspecto ético, pode ser contactado o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CEP/UFMG): Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901 Unidade Administrativa II - 2º Andar - Sala: 2005 Telefone: (031) 3409-4592 - E-mail: coep@prpq.ufmg.br.

4. Declaração dos pesquisadores

Os pesquisadores envolvidos no projeto se comprometem a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos que são internos da Diretoria de

Relações Internacionais e da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam a Resolução 466/12 e suas complementares, do Conselho Nacional de Saúde.

Declaramos entender que a integridade das informações e a garantia da confidencialidade dos dados e a privacidade das informações acessadas estão sob nossa responsabilidade. Também declaramos que não repassaremos os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para este projeto. Todo e qualquer outro uso que venha a ser planejado, será objeto de novo projeto de pesquisa, que será submetido à apreciação do CEP UFMG.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2019.

Nome completo	Assinatura

5. Autorização da Instituição

Declaramos para os devidos fins, que cederemos aos pesquisadores apresentados neste termo, o acesso aos dados solicitados para serem utilizados nesta pesquisa.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se a mesma a utilizar os dados dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados, a pesquisadora deverá apresentar o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2019.

Nome legível/assinatura e carimbo do responsável pela anuência da Instituição

ANEXO A: Parecer COEP Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Ações Educativas em Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito dos Bancos de Alimentos e Escolas Públicas de Belo Horizonte - MG

Pesquisador: Janice Henriques da Silva Amaral

Área Temática:

Versão: 6

CAAE: 73522117.0.0000.5149

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COORDENACAO DE RECURSOS HUMANOS/ MEC
FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.257.821

Apresentação do Projeto:

Projeto aprovado no CEP-UFMG com o número do Parecer 2.692.040.

O presente projeto tem como objetivo fortalecer o desenvolvimento de ações de pesquisa e de extensão em educação e saúde, no âmbito dos Banco de Alimentos (BA) da região metropolitana de Belo Horizonte/MG e instituições públicas de ensino básico de Belo Horizonte -MG.

O proponente solicita a ampliação do projeto com a realização de um seguimento com análise de documentos e entrevistas com informantes chaves da construção do processo de internacionalização das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Belo Horizonte. Serão selecionados para as entrevistas os gestores municipais das Políticas Públicas de SAN e dos RP, alunos e professores de instituições de ensino e pesquisa do exterior, do Programa de Voluntariado Internacional da Prefeitura de Belo Horizonte – PVI-PBH, representantes das Delegações Internacionais e que vieram à cidade conhecer as políticas de SAN.

As atividades serão conduzidas em duas etapas:

a) 1ª etapa - análise documental para a compreensão do processo de formulação e execução das Políticas Públicas de SAN em Belo Horizonte, bem caracterizar a sua construção histórica e o

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos,6627 2º Ad SI 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.257.821

processo de internacionalização. Será realizado uma análise documental com levantamento de documentos de primeira e segunda mão. As buscas serão realizadas: no Acervo Público da Cidade, no Núcleo de Documentação e Informação - NDI, na Diretoria de Relações Internacionais – DIRI, no Diário Oficial de Belo Horizonte – DOM-PBH, Leis municipais e federais, artigos, teses e dissertações.

b) 2ª etapa - entrevista semiestruturada. As entrevistas serão realizadas com gestores locais e visitantes internacionais (alunos- PVI-PBH, representantes das Delegações e professores estrangeiros) que vieram a Belo Horizonte com intuito de conhecer as Políticas Públicas de SAN e os RP. As entrevistas darão se por meio da aplicação de um questionário eletrônico semiestruturado. Sendo divididos em três questionários distintos: questionários para gestores locais, alunos e professores de instituições estrangeiras e representantes das delegações internacionais.

De acordo com os autores, a proposta de ampliação da pesquisa tem como finalidade compreender a importância e descrever a construção, os marcos históricos e o processo de internacionalização das Políticas Públicas de Segurança Alimentar em Belo Horizonte, visto a sua relevância como prática exitosa e dimensão ocupada no contexto social.

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com os proponentes, o objetivo primário do projeto é “fortalecer o desenvolvimento de ações de pesquisa e de extensão em educação e saúde, no âmbito dos Bancos de Alimentos (BA) da região metropolitana de Belo Horizonte/MG e instituições públicas de ensino básico de Belo Horizonte -MG.” Como objetivos secundários, pretende-se: - Identificar o perfil de saúde da comunidade escolar (escolares, educadores docentes e não-docentes) de instituições públicas de ensino; bem como dos colaboradores de Bancos de Alimentos e instituições assistidas (gestores, manipuladores de alimentos e auxiliares dos serviços gerais). - Levantar as principais demandas, de cada grupo de sujeitos deste estudo, por ações educativas de promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional. - Desenvolver, implementar e avaliar ações educativas, com base no perfil identificado e demandas levantadas, relacionadas à promoção de saúde e da segurança alimentar e nutricional. - Promover a integração dos acadêmicos de graduação da área da saúde à realidade social e das comunidades e à pesquisa científica.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sl 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.257.821

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os proponentes, os possíveis riscos em participar da pesquisa são mínimos, podendo apenas causar certo desconforto. Para minimizar o desconforto, as avaliações físicas e aplicação do questionário serão realizadas em dias diferentes para que os indivíduos não fiquem cansados (as). A vontade em participar da pesquisa será respeitada. Se depois de consentir a sua participação, os participantes poderão desistir de continuar participando, tendo o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase do estudo, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhuma penalidade ou prejuízo. Menciona-se: 1) Medidas de peso, altura e circunferência da cintura por meio de balança eletrônica, estadiômetro e fita métrica com o participante vestindo roupas leves. Esta avaliação será realizada em ambiente isolado e sem a presença de outro participante da pesquisa. Será também pesada a mochila dos escolares, para prevenção de alterações na postura. 2) Questionário com questões de frequência alimentar para o conhecimento dos hábitos alimentares dos voluntários e questões sobre saúde e percepções sobre temas ligados à saúde, serviços e assuntos relacionados.

Como benefício os pesquisadores apontam o “desenvolvimento e aprimoramento de um modelo de articulação entre instituição de ensino superior e o Programa BA e Escolas de Educação Básica de Belo Horizonte-MG; aprimoramento da formação dos graduandos de ciências da saúde participantes do projeto;- publicações científicas referentes ao tema; melhoraria na condição de saúde e de hábitos alimentares dos grupos atendidos; os indivíduos avaliados neste estudo poderão se beneficiar do diagnóstico e intervenção precoce; os indivíduos que participarem das ações educativas poderão melhorar os cuidados à própria saúde e a de suas famílias.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O proponente solicita a ampliação do projeto com a realização de um seguimento com análise de documentos e entrevistas com informantes chaves da construção do processo de internacionalização das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Belo Horizonte.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatórios foram incluídos.

Recomendações:

Não há.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sl 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 3.257.821

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A emenda poderá ser aprovada, SMJ.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1305899_E3.pdf	27/02/2019 11:03:25		Aceito
Outros	Adendo2019.pdf	26/02/2019 18:47:20	Simone Cardoso Lisboa Pereira	Aceito
Outros	adendo2corrigido.pdf	17/09/2018 10:31:21	Janice Henriques da Silva Amaral	Aceito
Outros	73522117parecer.pdf	05/06/2018 15:49:13	Vivian Resende	Aceito
Outros	73522117parecer.pdf	05/06/2018 15:49:13	Vivian Resende	Aceito
Outros	73522117emendaaprovacao.pdf	22/05/2018 16:40:03	Vivian Resende	Aceito
Outros	Adendo.pdf	27/04/2018 17:09:20	Janice Henriques da Silva Amaral	Aceito
Outros	73522217aprovacaoassinada.pdf	20/09/2017 09:48:28	Vivian Resende	Aceito
Outros	ModelodeCarta.pdf	30/08/2017 17:29:00	Simone Cardoso Lisboa Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLETAEnovo.pdf	30/08/2017 17:27:45	Simone Cardoso Lisboa Pereira	Aceito
Outros	Cartaresposta.pdf	30/08/2017 17:25:56	Simone Cardoso Lisboa Pereira	Aceito
Outros	ParecerConsustanciado.pdf	27/07/2017 13:22:28	Janice Henriques da Silva Amaral	Aceito
Outros	Cartadeanuencia.pdf	27/07/2017 13:22:04	Janice Henriques da Silva Amaral	Aceito

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sl 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 3.257.821

Outros	ProtocolodecoletadedadosGeral.pdf	27/07/2017 12:14:05	Janice Henriques da Silva Amaral	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.pdf	27/07/2017 12:09:12	Janice Henriques da Silva Amaral	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAdeROSTO.pdf	27/07/2017 12:08:12	Janice Henriques da Silva Amaral	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 10 de Abril de 2019

Assinado por:

**Eliane Cristina de Freitas Rocha
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad Sl 2005

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br